

HERINALDO OLIVEIRA ALVES

O JUBILEU DO SENHOR BOM JESUS EM CONGONHAS:  
discursividades religiosas e relações de poder (1780-1809)

Monografia de Especialização

INSTITUTO DE FILOSOFIA, ARTES E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Ouro Preto, 2013.

HERINALDO OLIVEIRA ALVES

O JUBILEU DO SENHOR BOM JESUS EM CONGONHAS:  
discursividades religiosas e relações de poder (1780-1809)

Monografia apresentada ao curso de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização em Cultura e Arte Barroca da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Especialista em Cultura e Arte Barroca.

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Albuquerque de Castro Buarque

INSTITUTO DE FILOSOFIA, ARTES E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Ouro Preto, 2013.

A474j     Alves, Herinaldo Oliveira  
          O Jubileu do Senhor Bom Jesus em Congonhas [manuscrito] : discursividades religiosas e relações de poder (1780-1809) / Herinaldo Oliveira Alves. -  
          2013.  
          59 p. : il. color.

          Orientadora: Virgínia Albuquerque de Castro Buarque.  
          Monografia (Especialização em Cultura e Arte Barroca)  
          – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Filosofia,  
          Artes e Cultura.

          1. Arte barroca – História e crítica. 2. Festas religiosas – Congonhas (MG). 3. Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos \x Congonhas do Campo (MG). I. Título.

CDU: 7.034.7(815.1)

## AGRADECIMENTOS

À professora Virgínia Buarque, pela amizade e orientação nos últimos anos e, em especial, neste trabalho; à professora Adalgisa Arantes pela acolhida e orientação nos trabalhos de pesquisa; ao professor João Adolfo Hansen, pelas sábias palavras; aos professores Marcos Hill e Sérgio Alcides, pela seriedade, comprometimento e atenção dispensada nestes anos; ao professor Paulo Castanha, Unesp, que, em 2007, remeteu algumas informações e bibliografia básica sobre a produção musical nas Minas; à Luciana Carvalho, dedicada Secretária da pós; ao Monsenhor Flávio Rodrigues Carneiro, digníssimo diretor do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; a Irmã Nazaré Maria Aparecida Souza pelo incentivo de sempre; Márcia Martins Seabra, pelo apoio técnico prestado; aos meus pais, José e Maria (Dona Lia); aos meus irmãos Henriclaudio e Cleidianne, sempre presentes; Adriana Ambrósio, Ana Laura (a caçula da família); uma lembrança especial ao meu avô Valdir Alves de Souza (*in memória*), sempre que possível frequentava, como devoto que era, o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. A todos que direta ou indiretamente contribuíram, meu muito obrigado.

## RESUMO

Monografia de pós graduação em Cultura e Arte Barroca que analisa a festa do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, no século XVIII. Longe de uma perspectiva apenas transcendental, a festa viabilizou a formação de um *locus* próprio de poder, associado à administração do Santuário, que promovida por leigos, buscou outorgar-se certa autonomia perante as autoridades religiosas e civis. Além disso, possibilitou uma prática do mecenato muito forte nas Minas, com manifestação artística do período caracterizado como Barroco. A análise em questão reporta às formulações a micro-história, onde estas práticas tensionais, conflitivas e limitadas irão ser analisadas.

## ABSTRACT

Monograph graduate in Culture and Baroque art that examines the feast of Jubilee Bom Jesus de Matosinhos in Congonhas, in the eighteenth century. Far from a merely transcendental perspective, the party allowed the formation of a proper locus of power associated with the management of the Sanctuary, which promoted by laymen sought to avail themselves of certain autonomy in the face of religious and civil authorities. Furthermore, it allowed a practice of patronage strong Mines, with artistic expression of the period characterized as Baroque. The analysis in question relates to formulations micro history, where these practices tension, conflicting and limited will be analyzed.

## SUMÁRIO

Lista de ilustrações .....	VI
Lista de tabelas .....	VII
Lista de abreviaturas .....	VII
Introdução .....	08
Os primórdios da Ermida do Senhor Bom Jesus .....	12
O Jubileu: herança judaico-cristã .....	17
A fundação do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas .....	21
As festividades do Jubileu .....	26
Os músicos e a música na capela do Bom Jesus: solenidade, pompa e prestígio pelo culto.....	31
1 – Da música sacra           31	
2 – Os músicos do Bom Jesus: solenidade, pompa e prestígio pelo culto   34	
3 – Dos instrumentos musicais no Santuário           37	
O aqueduto do Bom Jesus em Congonhas: o problema do abastecimento de água potável durante o Jubileu .....	42
As festividades em fins do século XVIII .....	47
Conclusão.....	53
Bibliografia .....	56
1 – Manuscritos: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)   56	
2 – Obras impressas           56	
3 – Sites   59	

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Frente da Igreja Basílica do Sr. Bom Jesus.....	08
Dom Frei Manoel da Cruz (sacristia da Basílica) .....	13
Pio VI (sacristia da Basílica).....	20
Antiga Romaria (1903) .....	27
Morro do Aqueduto .....	44
Foto do Antigo Seminário e Colégio (atrás da Basílica) .....	48
Vista aérea do Santuário .....	55

LISTA DE GRÁFICO & TABELA

Gráfico número de padres durante o Jubileu .....	29
Tabela “Obra Aqueduto” .....	45

LISTA DE ABREVIATURAS

**AEAM:** Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana



## *Introdução:*



*Figura 1: frente da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas – MG.<sup>1</sup>*

No presente trabalho, tivemos a preocupação de organizar uma série de documentos que abordam uma mesma temática: o Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos no Arraial das Congonhas do Campo. Nosso corte cronológico insere-se no período de decadência aurífera, o que não significa empobrecimento da economia na região das minas. O surto religioso que se viu florescer na Capela do Bom Jesus possibilitou uma redimensão de diversas atividades, seja econômica, política, cultural e religiosa. O trabalho teve início a alguns anos com levantamento de fontes, especialmente no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, intensificando os trabalhos nos últimos anos apresentando como parte integrante do Curso de Pós Graduação em cultura Barroca para conclusão.

No entanto, o trabalho não restringe-se ao século XVIII, mesmo sendo o principal enfoque. Pode-se observar que há um ou outro tópico que avança no século XIX e mesmo uma citação do início do XX, mas o cerne da temporalidade trabalhada enfatiza o setecentos. Iniciamos nossa análise com um breve histórico do templo do Bom Jesus, com a reestruturação da devoção feita por Feliciano Mendes a partir de

---

<sup>1</sup> Vista da frente da Basílica do Senhor Bom Jesus, em Congonhas, com os profetas. Fonte: Arquivo do Autor. 2006.

1757, mas exploramos nossas análises a partir de 1779 quando da criação do Jubileu tendo como marco final o ano de 1809 quando da morte do Irmão Administrador Vicente Freire de Andrade. Neste trabalho realizamos levantamento minucioso sobre esta festividade abordando sua fundação, forma de organização e desenvolvimento especialmente durante o setecentos. Como uma festa religiosa, ela conseguiu manter-se por longa data, sem maiores rupturas, superando dificuldades e contradições tornando-se uma das mais antigas e significativas manifestação religiosa em Minas Gerais.

O material recolhido, em especial no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, foi selecionado segundo critérios temáticos tentando apresentar um quadro mais amplo e complexo. Os documentos utilizados, neste trabalho, não estão apenas vinculados à religiosidade, mas também às implicações econômicas, culturais de uma época e de um povo e das disputas por poder que a festa poderia proporcionar a alguns agentes históricos. Sugere-se ainda, que o poder adquirido pela administração do Santuário não era casual. A festa religiosa, que concentrava grandes recursos econômicos, possibilitou a prática de um forte mecenato por parte da administração do Santuário em prol de importantes artífices, músicos e outros artistas do século XVIII. A monografia inseri-se dentro de uma discussão historiográfica em que o fenômeno religioso pode ser analisado a partir dos conceitos de práticas e representações enunciados por R. Chartier e no de marcas de enunciação discursiva.

Mesmo empregando um número considerável de grupos sociais com interesses e circunstâncias históricas próprias, os documentos portam um conteúdo coerente e lógico. Não nos restringimos apenas às fontes documentais arquivísticas, há, sim, uma variedade de documentos que permitem analisar o evento Jubileu, a dinâmica e importância que esta festividade teve. A literatura permite-nos pensar o primeiro Jubileu da cristandade, em Roma, centro do cristianismo católico; fragmentos dos poemas de Tomas Antônio Gonzaga oferece uma das primeiras informações da notoriedade do Santuário de Congonhas do Campo, já nos idos do século XVIII, como de suas festividades, o que demonstra a importância e o reconhecimento que este centro religioso possuía. O trabalho insere-se no campo da história das religiões e da história cultural, voltando-se ao fenômeno religioso e de suas peculiaridades na Capitania das Minas.

O Jubileu demarca a importância e o sentido do fenômeno religioso na vida social das Minas Setecentista. Como outras festas do calendário litúrgico da Igreja (Natal, Paixão, etc.), este é um “tempo sagrado”, divisor entre o tempo da graça (idéia de Jubileu) e o tempo profano, marcado pelo resto do ano. Tal sentido, longe de assumir critérios apenas transcendentais, potencializa práticas culturais (mediante intercâmbio dos fiéis das mais diferentes procedências e seguimentos sociais), dinamiza as relações sociais, econômicas e artísticas (viabilizando câmbios, contratos, negócios ...) e ainda reforça determinadas relações de poder, sobretudo vinculadas à administração do Santuário.

Iniciamos com um breve histórico do Santuário, desde o seu marco inicial datado de 1757, admitido pelos principais historiadores do sítio<sup>2</sup>, onde recapitulamos os primórdios da igreja e os antecedentes à fundação da festa do Jubileu do Senhor Bom Jesus. Prosseguimos com um pequeno histórico sobre os Jubileus no mundo seguindo, logo após, com o episódio da recepção dos Breves Papais, em Congonhas, no ano de 1779, e a realização do primeiro Jubileu no ano de 1780. A análise dos documentos, em especial o primeiro livro de caixa da Basílica, permite observar a existência de uma linha ascendente da festa. Através dos gastos efetuados durante as comemorações, como por exemplo, na crescente demanda de sacerdotes, percebe-se um maior número de pessoas a freqüentar o lugar, em especial durante o Jubileu. Esta análise será aprofundada no capítulo “As festividades do Jubileu”, onde é apresentado o desenvolvimento da festa religiosa. Inserimos três capítulos dentro desta temática, que seriam uma subdivisão do tema “festividades”, mas sendo tão peculiares, foram organizados separadamente: um tratará de maneira mais abrangente da música no Santuário, especialmente durante o Jubileu, apontando os músicos que se fizeram presente, a importância deles para o cenário cultural da época, sabendo-se que naquele tempo as pessoas responsáveis pela música poderiam não ser reconhecidas como tais, por ser uma atividade manual, mecânica (como

---

<sup>2</sup> Cf.: ENGRACIO, Mons. Julio. Relação chronologica do Sanctuario e irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Geraes. *Revista do Archivo publico Mineiro*. Imprensa Official de Minas Geraes: Belo Horizonte, 1903; FALCÃO, Edgar Cerqueira. *Basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1962. (Brasiliensia Documenta, 3); BAZIN, Germain. *Aleijadinho: e a escultura no Brasil*. Trad.: Mariza Murray. Rio de Janeiro: Record, 1973; OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O Santuário de Congonhas e a arte do Aleijadinho*. Ed. Dubolso: Cataguases, 1981.

expressavam à época), exercida por homens pardos, onde a valorização desta atividade foi feita por historiadores posteriormente. Incluiu-se outro capítulo para abordar a questão do Aqueduto do Bom Jesus, obra primorosa, responsável pelo abastecimento de água durante o Jubileu, que ainda existe abandonada nos campos e morros próximos do Santuário. Este capítulo surgiu a partir do questionamento dos inúmeros gastos realizados com esta obra, o que demonstra uma importância para a vida do Santuário. Não se trata apenas de questões econômicas, mas possibilita pensar as estratégias na organização da capela e da festa do Jubileu e a proporção que esta festividade vai adquirindo. Problemas relacionados à administração da Capela do Bom Jesus ocorrerão em fins do século dezoito e início do dezenove, especialmente entre leigos que administram a Capela com autoridades Eclesiásticas no Bispado de Mariana. No entanto, mesmo com conflitos entre o Bispo de Mariana e os administradores da Capela, “Congonhas do Campo muda a face da religião, nas Minas Gerais, no último quartel do século do ouro”<sup>3</sup> como bem elucida Carrato, marcando a religiosidade “popular” nas Minas setecentista, caracterizada pelas festividades que vão atrair multidões. Este Santuário será um dos símbolos da espiritualidade mineira durante o século XVIII.

Não é uma obra terminada, mas deseja ser uma abertura para novas questões que podem ser postas. Isso possibilitará que outras pessoas visitem novamente estes documentos lançando novas luzes sobre diversas questões que serão apresentadas possibilitando um desenvolvimento de questões que talvez tenha sido apenas pontuada.

---

<sup>3</sup> CARRATO, José Ferreria. *As Minas Gerais e os primórdios do caraça*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963. p. 215.

## *Os primórdios da Ermida do Senhor Bom Jesus:*

No ano de 2009, celebrou-se os 250 anos de inauguração da atual Basílica do Senhor Bom Jesus. Foi nos idos de 1759, mês de dezembro, dentro da oitava do Natal, que a solenidade aconteceu. Mal sabiam eles que este lugar seria elevado à dignidade de Santuário (em data ainda incerta) e posteriormente a capela receberia o título de Basílica, sendo admirado pela manifestação da sacralidade deste espaço como também pela arte que o orna. O Papa Pio XII, em 1957, emitiu um Breve, documentos pontifício, de ordem pastoral, contendo alguma outorga de favor ou privilégio beneficiando um particular ou agremiação<sup>4</sup>, elevando a capela do Bom Jesus a Dignidade de Basílica Menor. Iniciava o documento dizendo ser o templo um *Pietatis arquisque monumentum*, ou seja, um *Monumento de Piedade e de Arte*. Ressalta-se que, antes de tudo, é um monumento da *piiedade* cristã, um lugar Sagrado, da hierofania (manifestação do sagrado), mas não descarta a importância artística do sítio já em meados do século XX.

O grande reformulador e propagador da devoção ao Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas, foi, sem dúvida, Feliciano Mendes. Ao abrir o livro de doações, ele narra o motivo que o levou a dedicar sua vida ao Senhor Bom Jesus. Feliciano Mendes possuía uma “doença infecto-contagiosa”<sup>5</sup> e fez uma promessa ao Senhor Bom Jesus que, uma vez curado, dedicaria sua vida a ele.<sup>6</sup> Como a graça foi alcançada, ele pagou a promessa iniciando a construção do templo que existe até hoje.

---

<sup>4</sup> Cf.: RODRIGUES, Monsenhor Flávio Carneiro. *Cadernos históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. – os dois relatórios Decenais. Visitas ad Limina de Dom Antonio Ferreira Viçoso. 1853 – 1866. Mariana: Ed. Dom Viçoso, 2005. p. 170.

<sup>5</sup> **ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA**. Livro & 06. Fls. 25. A partir daqui as citações dos livros e documentos deste Arquivo seguirão com a seguinte sigla: **AEAM**.

<sup>6</sup> **AEAM**. K 1 A f. 1 e 1 V.



*Imagem de Dom Frei Manoel da Cruz, sacristia da  
Basílica do Senhor Bom Jesus – autor desconhecido.  
Foto do autor.*

Feliciano Mendes solicitou, junto às autoridades eclesiásticas, a autorização para construção da capela. O primeiro Bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz (imagem ao lado), concede a provisão para que ele possa edificar “no morro [denominado] maranhão (...) em um campo realengo (...) capelinha de alvenaria com toda a decência e nele colocar uma Santa Imagem em vulto do

mesmo Senhor (...)”. Esta provisão, além de ser registrada no Livro de Provisões da Cúria de Mariana, possui, junto a documentação do Santuário, cópia da referida autorização, datado de 21 de junho de 1757<sup>7</sup>.

No entanto, o bispo de Mariana coloca alguns requisitos para que a capela pudesse ser abençoada e, desta forma, exercesse sua função de levar a população a uma maior devoção a Deus, seja na celebração do Sacrifício da Missa ou nas práticas devocionais como o terço, a via sacra ou a oração mental, tão estimulada pelo primeiro Bispo. Dom Frei Manoel da Cruz coloca as seguintes condições: deveria esta capela ser ornada com paramentos das quatro cores e utensílios suficientes para a celebração do culto (cálice, patena, galhetas, etc) além de ficar pronta no prazo de três anos. Após tudo isso ser realizado, o pároco de Congonhas do Campo iria até a capela e faria a visita, averiguando se ela estava com todas as condições estabelecidas na provisão que fora concedida. Feliciano Mendes inicia as obras da capela colocando toda sua fortuna na construção. Além disso, solicita autorização para ser Ermitão, podendo assim, pedir esmolas para a conclusão das obras do templo.

Paralelo à construção da igreja, como já determinava a provisão obtida do Bispo de Mariana, Feliciano Mendes providenciou as alfaias para a capela. No livro de caixa do Santuário, durante os três anos de construção, registraram a compra de cálice, pedra d’ara, campainha, quatro jarras de flores, tocheiras grandes de

<sup>7</sup> FALCÃO, Edgard Cerqueira. Op. Cit. p. 45

jacarandá, cortinas brancas, além de outros panos como damasco. Foi providenciado azeite para manter acesa a lâmpada do Senhor além de vinhos para as missas<sup>8</sup>.

Para a conclusão das obras, foi contratado para esculpir o retábulo (altar) o entalhador José Rodrigues que recebeu pelo serviço mas não chegou a concluir a obra. Além dele, o pintor João Gonçalves de Souza foi responsável em fazer a pintura interna dos elementos artísticos da capela. Este era Português, natural da Vila de Chaves, morador na própria freguesia de Congonhas do Campo e vivia de “seu ofício de pintor”<sup>9</sup>. Foi ele quem fez a primeira pintura da capela do Senhor Bom Jesus. Estando pronta a construção, como também dos utensílios necessários ao Culto Divino, Feliciano Mendes podia inaugurar o referido templo. No entanto, para se lançar a Benção a Capela, era necessária também autorização do Bispo de Mariana. O mesmo já havia autorizado o pároco a visitar o templo e fazer as averiguações necessárias para se comprovar se o que havia sido solicitado, na provisão dada, estava em conformidade.

Padre Jacome Coelho Pacheco de Araújo e Vasconcelos, pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo, visita a capela e passa, conforme determinava a provisão, certidão nas costas da mesma com o seguinte teor:

Jácome Coelho Pacheco de Araújo e Vasconcelos, colado na paroquial Matriz de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo, etc. Certifico que aos vinte e três de dezembro de mil setecentos e cinquenta e nove, visitei a ermida do Senhor Bom Jesus de Matosinhos (...) e achei com paramentos e decência devida para nela se celebrar o santo sacrificio da Missa e para constar mandei passar este que assino e juro *in verbo parochi*<sup>10</sup>.

Data de dezembro a autorização para se fazer a inauguração da capela na primeira oitava do Natal do ano de 1759 celebrando-se a primeira missa cantada com sermão e Benção do Santíssimo. O músico contratado chamava-se Antonio do Carmo, do qual abordaremos mais adiante, que recebeu doze oitavas de ouro. Já o padre que veio pregar a “festa de colocação” não recebeu a cômgrua (valores que deveriam ser pagos pelo serviço prestado), pois fez os serviços religiosos de graça. Além de oferecer os serviços para a capela, o Reverendo Francisco da Costa doou

---

<sup>8</sup> FALCÃO, Edgard Cerqueira. Op. Cit. p. 48 e 49.

<sup>9</sup> **AEAM**. *Devassas* 1749. Prateleira Z, livro 04 f. 140 V

<sup>10</sup> **AEAM**. Prateleira &, livro 06. .

uma arroba de cera para ser usada na cerimônia da “colocação do Senhor Bom Jesus, e mais o serviço” religioso prestado. Estava inaugurada, na oitava de natal de 1759, a capela do Bom Jesus.

Em pouco tempo a capela torna-se conhecida pelos inúmeros milagres atribuídos ao Bom Jesus. No ano de 1764, antes da fundação do Jubileu, há referência, pela primeira vez, de informação da existência de romeiros no sítio. O visitador Ordinário recebe as prestações de contas de Feliciano Mendes e, no termo da visita, salienta a importância de uma maior organização para as missas dos romeiros:

Como foi informado, é certo que os fiéis que vem a dita capela cumprir os seus votos de ação de graças, orações e esmolas, também trazem esmolas de Missas para se dizerem na mesma capela e para que se cumpram inteiramente os votos, mando a todos os sacerdotes desta freguesia, que não peçam atenção das Missas dos **Romeiros** (...) fevereiro 20 de 1764<sup>11</sup>

Por ocasião da morte de Feliciano Mendes, em 1765, há registrado no inventário *post-mortem*, móveis nos denominados “cômodos dos romeiros”. Estes “cômodos” são quartos que serviam para abrigar os romeiros que visitavam a capela. Os móveis encontrados foram: “três mesas nos quartos dos Romeiros”<sup>12</sup>, além de sete colchões, catorze travesseiros, nove lençóis de linho e um lençol de estampa.<sup>13</sup> É perceptível, a partir destes dados, a existência de peregrinos naquele período, de maneira ainda bem modesta. Quando da morte de Feliciano Mendes, o substituiu na administração Custódio Gonçalves de Vasconcelos<sup>14</sup>. Este veio a falecer no ano de 1776, sendo nomeado administrador Ignácio Gonçalves Pereira<sup>15</sup>. A devoção foi aumentando de forma significativa, até que os irmãos do Bom Jesus resolveram solicitar a autorização para a realização da festa do Jubileu. Afinal, na sociedade Colonial, a celebração das datas dedicadas aos Santos era, não raramente,

---

<sup>11</sup> AEAM. & 12. f. 8 A e 11 A V. grifo nosso.

<sup>12</sup> AEAM. & 12 f. 4 C

<sup>13</sup> AEAM. & 12 f. 4 C V

<sup>14</sup> AEAM. & 12 f. 4 B

<sup>15</sup> Cf.: FALCÃO, Edgar Cerqueira. Op. Cit. p. 51



acompanhada por festividades, o litúrgico, o devocional e mesmo o profano, com peculiar importância social.<sup>16</sup>

O terceiro administrador e procurador da capela do Bom Jesus de Matozinhos, Inácio Gonçalves<sup>17</sup>, mandou construir a sala dos milagres (lugar onde os fiéis depositam um ex-voto, objeto que é oferecido quando de uma graça alcançada), mais casas para abrigar os romeiros e solicitou ao Papa a Benção Indulgenciada para os irmãos e devotos do Senhor Bom Jesus. Nesta época, a igreja do Bom Jesus já havia adquirido certa importância regional, caracterizando-se como um ponto de referência espiritual para os fiéis. Um número considerado de devotos vinha até a capela, o que justificaria a solicitação das Bênçãos Indulgenciadas. O oitavo Breve emitido pelo Papa ressalta a informação que lhe é repassada a partir das petições que lhe são encaminhadas, ressaltando a importância religiosa do sítio: “(...) como se afirma há um grande concurso de Povo Christão, e *principalmente de Peregrinos* (...)”.<sup>18</sup> Neste período, nasce o Jubileu do Senhor Bom Jesus.

---

<sup>16</sup> Para festas Coloniais vide: SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O corpo de Deus na América*. São Paulo: Annablume, 2005.

<sup>17</sup> Cf.: FALCÃO, Edgar Cerqueira. Op. Cit. p. 55

<sup>18</sup> **AEAM**. Breves Papais. In: Livro & 6. Folhas 4 A. Oitavo Breve. 1779. grifo nosso.

## *O Jubileu: herança judaico-cristã*

O ano Jubilar é uma instituição do legislador sacerdotal, inspirada pela idéia do sábado. Consistia nisto que de cinquenta em cinquenta anos os campos deviam descansar e toda propriedade alienada, seja em terras, seja (...) em casas, devia voltar ao dono original ou a seus herdeiros. O nome se deve ao som da trombeta que devia abrir o jubileu (...) <sup>19</sup>.

Na tradição católica, o Jubileu é um grande evento religioso. É o ano da remissão dos pecados, da reconciliação, da conversão e da penitência sacramental e, por conseguinte, da solidariedade, da esperança, da justiça, do empenho ao serviço de Deus na alegria e na paz com os irmãos <sup>20</sup>.

O Jubileu pode ser *ordinário* ou *extraordinário*. Ordinário quando segue uma seqüência de anos, variando na história da cristandade entre 25, 50 e 100 anos (atualmente a cada 50 anos). Extraordinário quando celebrado por qualquer acontecimento de particular importância. O costume dos extraordinários vem do século XVI, como por exemplo, os celebrados em 1893 (Ano Santo da Redenção) e 1933, data simbólica que remete aos mil e novecentos anos da crucifixão, morte e ressurreição de Cristo. <sup>21</sup> O último Jubileu Universal da Cristandade Romana foi aberto pelo papa João Paulo II por ocasião das comemorações dos dois mil anos do nascimento de Cristo.

A origem do Jubileu é bíblica. Fala-se dele no livro do Êxodo (Cap. 23, versículos 10-11), no Levítico (Cap. 25, versículos 1 a 66), no Deuteronômio (Cap. 15, versículos 1 a 6) <sup>22</sup>. No livro do Levítico (Cap. 25 versículos 8 a 66), encontra-se as orientações para o ano jubilar:

<sup>8</sup>Contarás sete semanas de anos, sete vezes sete anos, isto é, o tempo de sete semanas de anos, quarenta e nove anos. <sup>9</sup>No sétimo mês, no décimo dia do mês, farás ressoar o toque da trombeta; no dia das Expições, fareis soar a trombeta em todo o país.

---

<sup>19</sup> VVAA. *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 836. Verbete: Jubileu.

<sup>20</sup> JOÃO PAULO II. *Tertio Millennio adveniente* – carta apostólica. São Paulo: Paulinas, 1998. p. 14

<sup>21</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Aperite Portas Redemptori*, *Bula de Proclamação do Jubileu pelo 50º Aniversário da Redenção*. Disponível em <http://www.vatican.va>. Acessado em 20 de março de 2007.

<sup>22</sup> Todas As Citações Bíblicas foram retiradas de: *Bíblia de Jerusalém*. 4º impressão. São Paulo: Paulus, 2006.

<sup>10</sup>Declarareis santo o quinquagésimo ano e (...) será para vós um jubileu (...).<sup>12</sup>**O jubileu será para vós coisa sagrada** e comereis o produto dos campos.<sup>23</sup>

O primeiro Jubileu ordinário da cristandade aconteceu no ano de 1300, convocado pelo Papa Bonifácio VIII com a Bula *Antiquorum Habet Fida Relatio*.<sup>24</sup> A circular de dezembro de 1299 relatava que no ano centenário, os visitantes da Basílica de São Pedro receberiam uma “pleníssima remissão dos pecados”<sup>25</sup>. Milhares de peregrinos dirigiram-se para Roma no Natal de 1299. O enorme afluxo de peregrinos, em Roma, induziu Bonifácio VIII a conceder a indulgência por todo o ano de 1300 e, no futuro, a cada 100 anos. Entre os peregrinos deste primeiro Jubileu estava Dante Alighieri, Giotto, Carlos de Valois, irmão do Rei da França, acompanhado de sua esposa Catarina<sup>26</sup>. Dante Alighieri conservou algumas informações sobre o primeiro Jubileu da Cristandade em um de seus poemas encontrados no Livro “A Divina Comédia”, nos versos do Canto XXXI do Paraíso:

Se alguém, acaso, vem da Croácia em romaria, para ver o nosso Santo Sudário, não se farta de venerá-lo, movido pela antiga tradição. Mas em pensamentos recolhidos, expressa a dúvida: ‘senhor meu Jesus Cristo, Deus verdadeiro, foi este realmente vosso semblante?’ O mesmo aconteceu comigo (...)<sup>27</sup>.

Uma das relíquias que mais chamaram a atenção dos peregrinos, em Roma, durante o primeiro Jubileu, foram as relíquias do Santo Lenho (pedaço da Cruz de Cristo) e a do Santo Sudário, como apresentado acima. O Santo Sudário é um pano que, acredita-se, envolveu o corpo de Cristo quando foi depositado no sepulcro. Conta à tradição que a feição de Cristo foi registrada de maneira miraculosa no pano, utilizando, para isto, o sangue que lhe escorreu pelo rosto. Este livro de Danti Alighieri, a Divina Comédia, é dividido em três partes: o inferno, o purgatório e o céu. O interessante é a impressão que o poeta teve deste primeiro jubileu, colocando

---

<sup>23</sup> Livro do Levítico. capítulo 25 versículos 8 à 66. Os números que encontram-se no texto são os versículos. Grifo nosso.

<sup>24</sup> Encíclica do Papa Bonifácio VIII, publicada em 1300 abrindo o primeiro Jubileu da Cristandade. A bula tem por título: “A palavra (testemunho) dos antigos é digna de fé”. Trad. nossa.

<sup>25</sup> PAULO VI. *Constituição Apostólica Indulgentiarum Doctrina sobre a Doutrina das Indulgências*. Disponível em <http://www.vatican.va>. Acessado em 20 de março de 2007.

<sup>26</sup> Cf.: VATICANAO. *What is a holy year?* Disponível em: [http://www.vatican.va/jubilee\\_2000/docs/documents/ju\\_documents\\_17-feb-1997\\_history\\_en.html](http://www.vatican.va/jubilee_2000/docs/documents/ju_documents_17-feb-1997_history_en.html). acessado em: 10/05/2008.

<sup>27</sup> ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Trad. Fábio M. Alberti. Nova Cultural: São Paulo, 2003. p. 418.

esta festa no capítulo no qual trata do céu, mesmo tendo uma visão crítica sobre as relíquias que são apresentadas aos devotos durante as festividades. Não teve esta mesma sorte o Papa Nicolau III cujo pontificado era visto de forma muito negativa por Danti, que o colocou no oitavo círculo do Inferno, no capítulo XIX:

E gritou: és tu que por fim chegas a esta vala, o Bonifácio? Em vários anos erreí a tua idade. Estás por fim saciado da ambição a que te entregaste, por amor dela profanando e enganando a linda esposa?<sup>28</sup>

Esta é a visão que o poeta tinha sobre o Papa Nicolau III, acusando-o de se preocupar mais com questões políticas do que com as questões de fé. Além disso, teria sido o Papa condenado devido as acusações que recaía sobre ele de compra de cargos eclesiásticos para subir dentro da hierarquia da igreja o que fez Dante acusá-lo da “ambição a que te entregaste”. Quando, no poema, aponta a “linda esposa”, faz menção à referência que os cristãos tem de comparar à Igreja a uma esposa, especialmente daqueles que se entregam a vida sacerdotal. Danti viveu calorosamente este período em que o Papa Nicolau reinou e devido seu envolvimento na vida política toma parte em algumas questões.

Dante era de família de baixa nobreza guelfa e conseguiu acender-se socialmente, mesmo que de forma duvidosa. Em 1295, com trinta anos, passa a participar de maneira mais engajada da política florentina. Foi membro de missões diplomáticas e eleito para o Colégio dos Priores, órgão administrativo de Florença. Nesta época, a situação de Florença era beligerante, e inúmeras batalhas haviam ocorrido. Para apaziguar a situação, o Papa Bonifácio enviou Charles de Valois para invadir Florença e pacificar a região. Com isto, Dante é afastado da administração e recaiu sobre ele a acusação de uso indevido dos recursos públicos, corrupção, e o mesmo é condenado ao exílio sob pena de morte caso retornasse a Florença. Estas questões políticas envolvendo o papado e a administração das Cidades Estados (alguns autores usam comunas italianas), acabou por influenciar os escritos de Dante Alighieri, o que pode explicar, em parte, as acusações contra o Papa e a colocação de um deles no inferno. Ele pesa na “pena” sua raiva contra a autoridade pontificia acusando-o de inverter as funções (religiosas para política) e do uso indevido de sua

---

<sup>28</sup> ALIGHIERI, Dante. Op. Cit. p. 81.

autoridade.<sup>29</sup> Mas o que nos interessa não são os conflitos de Dante e os demais agentes históricos, mas sim a festa do jubileu.

A instituição do Jubileu foi-se enriquecendo ao longo da sua história com sinais que atestam a fé e favorecem a devoção do povo cristão. Dentre eles, pode-se recordar, antes de mais, a *peregrinação*. Esta reproduz a condição do homem que gosta de descrever a sua própria existência como um caminho. Do nascimento até à morte, cada um vive na condição peculiar do *homo viator*.<sup>30</sup> Por sua vez, a Sagrada Escritura testemunha repetidas vezes o valor positivo de pôr-se a caminho para ir aos lugares sagrados. Era tradição do Israelita de ir em peregrinação à cidade onde se conservava a arca da aliança, ou então visitar o santuário de Betel<sup>31</sup>, ou o de Silo,<sup>32</sup> lugar onde Ana, mulher estéril, viu sua oração atendida, ficando grávida na velhice, dando à luz um menino que pôs o nome de Samuel.<sup>33</sup> Entre estes peregrinos dos lugares sagrados estão Jesus, Maria e José, que foram à cidade Santa de Jerusalém.<sup>34</sup>

Esta tradição milenar chegou às Minas Gerais ainda no século XVIII. Um dos expoentes mais elucidativos é o atual Santuário Basílica do Senhor Bom Jesus. Os Romeiros, em grande número, passaram a frequentar as festividades do Senhor Bom Jesus desde os idos de 1757, conseguindo, posteriormente, as bênçãos indulgenciadas. Este é um dos fatores que caracteriza o Santuário Basílica do Senhor Bom Jesus desde seus primórdios: as romarias.

---

<sup>29</sup> Cf.: ALIGHIERI, Dante. Op. Cit. Para as informações usadas aqui, ver o anexo do livro com epígrafe: Vida e Obra.

<sup>30</sup> Expressão que significa homem peregrino, viajante, viandante. Trad. nossa.

<sup>31</sup> Cf.: *Biblia Sagrada*. Op. Cit. Livro dos Juizes, cap. 20 versículo 18.

<sup>32</sup> Cf.: *Biblia Sagrada*. Op. Cit. 1º livro de Samuel, cap. 1 versículo 3

<sup>33</sup> Cf.: *Biblia Sagrada*. Op. Cit. 1º livro de Samuel, cap. 1 versículo 20

<sup>34</sup> Cf.: Evangelho escrito por São Lucas capítulo 2 versículo 41

## *A fundação do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas:*

Analisando o primeiro livro de caixa da Basílica, é possível observar que não há, em data anterior a 1780, nenhuma menção a Jubileu. Existem, sim, gastos anuais com a festa do Bom Jesus, ou “para festa do Senhor”. São citados, neste sentido, pagamentos realizados a padres para atenderem durante a “festa do Senhor”, como do músico que era contratado para tocar. No ano de 1775, por exemplo, há registros referindo-se a pagamentos por “dois sermões para a festividade do Senhor”, e Manoel Dias de Oliveira<sup>35</sup>, um dos grandes músicos das Minas Colonial, foi contratado para tocar durante três dias da festa. Também foram adquiridas quatro arrobas de cera (vela), duas tochas e algumas cortinas de tafetá<sup>36</sup>. Este era um pano de alto valor, caracterizado por ser um “tecido de seda muito fina em geral lustrosa de diversos tipos, servindo tanto para vestimenta como para cobrir o estofado de cadeiras, cortinas etc”<sup>37</sup>. Todos estes gastos apontam para uma festa com toda a solenidade possível, ou como diriam os documentos de época, com a decência que se pede nas coisas sagradas. Mas não há nenhuma menção ao Jubileu, apenas à “festa do Senhor”<sup>38</sup>. Apenas no ano de 1779 que a Irmandade do Senhor Bom Jesus efetua gastos com a Câmara Eclesiástica de Mariana para obter cópia dos Breves que vieram de Roma<sup>39</sup>. A partir de 1780, aparecem os registros referentes aos gastos com o Jubileu.

---

<sup>35</sup> **AEAM**. Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus. Prateleira H, livro 26, ano de 1773. f. 9 V. Sobre Manoel Dias de Oliveira e outros músicos, ver capítulo sobre a música nas festividades do Santuário.

<sup>36</sup> Este era um pano de alto valor, caracterizado por ser um tecido de seda muito fina em geral lustrosa de diversos tipos, servindo tanto para vestimenta como para cobrir o estofado de cadeiras, cortinas etc. Cf.: LISANTE FILHO, Luís. *Negócios coloniais*. Uma correspondência comercial do século XVIII. São Paulo: Visão editorial, 1973. p. LXIX

<sup>37</sup> Breves “são documentos pontificais, de ordem pastoral, contendo alguma outorga de favor ou privilégio beneficiando um particular ou agremiação”. Cf.: RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro. *Cadernos históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. – os dois relatórios Decenais. Visitas ad Limina de Dom Antonio Ferreira Viçoso. 1853 – 1866. Mariana: Ed. Dom Viçoso, 2005. p. 170.

<sup>38</sup> Sobre os gastos na festa do ano de 1775 Cf.: **AEAM**. H 26. Fls. 09 V

<sup>39</sup> **AEAM**. Livro H 26. Folhas 13



Papa Pio VI, Sacristia da Basílica. Autor desconhecido, S/A. Foto do Autor.

Foi no ano de 1779 que o Papa Reinante, Pio VI<sup>40</sup>, concedeu oito breves aos irmãos e devotos do Senhor Bom Jesus. Na sacristia da Basílica, no medalhão central, foi pintado a imagem do Papa Pio VI (foto ao lado) como forma de lembrar os benefícios que ele concedeu a Capela do Bom Jesus: as bênçãos indulgenciadas, o que caracteriza o Jubileu. Em torno

da sua imagem vê-se escrito: “as indulgencias a esta capela Pio VI que concedeu”.

Há, nos livros do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, petição feita pela irmandade do Senhor Bom Jesus, na pessoa de seu administrador, o irmão Ignácio Gonçalves, solicitando à Câmara Eclesiástica de Mariana “certidão em pública forma do teor dos ditos autos (...) para a todo tempo constar das graças que lhe são concedidas”.<sup>41</sup> A Câmara Eclesiástica de Mariana respondeu ao requerimento e enviou cópia dos Breves Papais aos irmãos do Bom Jesus. No oitavo breve, o Papa Pio VI deixa a critério do Bispo local a definição da data em que os irmãos e devotos do Bom Jesus receberiam a benção indulgenciada. Não é o Bispo que assina a documentação, mas sim o vigário geral o Cônego Doutoral Ignácio Correa de Sá que assumiu esta função em 29 de agosto de 1779. Neste período o bispo de Mariana era Dom Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis (3º bispo) que não pisou em seu bispado, governando-o de Lisboa a partir de seus procuradores<sup>42</sup>. O vigário geral, Cônego

<sup>40</sup> Giovanni Ângelo Braschi, o papa Pio VI, nasceu em Cesena, aos 25/12/1717 e foi eleito Papa em 15/02/1775, adotando o nome de Pio VI. Seu pontificado é um dos mais longos da história, durando pouco mais de 24 anos. O final de sua vida foi um período difícil, marcado pelos acontecimentos da Revolução Francesa. Ele presenciou o Vaticano ser invadido e saqueado pelas tropas revolucionárias. O Papa, já idoso, foi sequestrado e levado para a França. Quando da invasão, “Pio VI rogou a seus inimigos que ele desejava morrer onde havia vivido, pois passava já dos oitenta anos”, mas não foi atendido. Faleceu em Valence, França, no ano de 1799. Cf. RANKE, Leopoldo Von. *Historia de los Papas*. 11º ed. Trad. Eugenio Imaz. México: Fondo de Cultura Económica, 2004. p. 576/577.

<sup>41</sup> **AEAM**. Breves Papais. In: Livro & 6. Folhas 1 A. Petição de cópia dos Breves. 1779.

<sup>42</sup>Cf. TRINDADE, Côn. Raymundo. *Arquidiocese de Marina. Arquidiocese de Mariana*. Subsídios para a sua história. 2º ed. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1953. 1º Vol. p. 147/148.

Ignácio Correa de Sá, determinou as datas de 03 de maio (invenção da Santa Cruz) e 14 de setembro (exaltação da Santa Cruz). Estas datas relacionam à paixão de Cristo e, ao mesmo tempo, à devoção ao Bom Jesus que é o culto à imagem do Cristo crucificado.

A festa da Invenção da Santa Cruz foi criada por ocasião da suposta descoberta da cruz que Cristo foi crucificado e do lugar onde havia ocorrido o evento da crucifixão. A tradição atribui a Santa Helena, mãe do imperador Constantino, a honra de ter mandado procurar a cruz<sup>43</sup>. Já a festa da exaltação da Santa Cruz foi criada no ano de 629. A cruz, que acreditavam ser a mesma que Cristo havia sido crucificado, foi roubada em 615 por Cósroas, rei dos persas. O imperador Heráclito, no ano de 629, travou uma batalha e derrotou Cósroas e levou a cruz novamente para Jerusalém, introduzindo, a partir desta data, a festa da Exaltação da Santa Cruz<sup>44</sup>. Como as duas datas relacionam à Paixão de Cristo (em decorrência dos fatos que envolvem o instrumento de suplício: a cruz) e ao Cristo crucificado, o Vigário Geral estabeleceu estas duas datas para a Festa do Jubileu. São estas duas datas que os devotos deveriam visitar a capela do Bom Jesus e alí confessassem, comungassem, rezassem pelas intenções do Santo Padre, o Papa, “e aí orem pela concórdia dos príncipes Christãos, extirpação das heresias, Exaltação da Santa Igreja, misericordiosamente no Senhor”, o papa, Pio VI, concedia “plenária Indulgência”<sup>45</sup>.

A notícia foi recebida com toda a solenidade possível. Para anunciar que a capela do Bom Jesus havia recebido do Vaticano a autorização para a realização do Jubileu, os irmãos do Bom Jesus fizeram uma festa especial: a “Festa para a Proclamação dos Jubileus” - festividade que tinha como finalidade anunciar as graças alcançadas da Santa Sé. Neste mesmo ano, o administrador do Santuário, o irmão Ignácio Gonçalves, mandou consertar o órgão da capela e contratou um importante músico de Vila Rica, Caetano Rodrigues da Silva<sup>46</sup>, para afiná-lo e tocá-lo na missa de proclamação. No início do ano de 1780, ao repique dos sinos, os devotos do Bom Jesus, com os moradores do Arraial das Congonhas do Campo, participaram da

---

<sup>43</sup> Cf.: LEFEBVRE, Dom Gaspar. *Missal Quotidiano e vespéral*. Beneditino da Abadia de S. André. Bruges, Bélgica: Abadia de Santo André, 1957. p. 1300

<sup>44</sup> Cf.: LEFEBVRE, Dom Gaspar. Op. Cit. p. 1548

<sup>45</sup> **AEAM**. Breves Papais. In: Livro & 6. Fls. 3 A

<sup>46</sup> **AEAM**. H, livro 26, f. 13.



solene Missa Cantada “no dia em que se publicarão os Jubileus”<sup>47</sup>. Houve, na ocasião, sermão, bênção do Santíssimo e leitura dos Breves que criava o Jubileu do Senhor Bom Jesus<sup>48</sup>. O luxo era tanto que houve uma festa para proclamar o Jubileu, ou seja, não era a festa do Jubileu, onde seriam concedidas as Bênçãos Indulgenciadas, mas apenas o anúncio que a Capela do Bom Jesus poderia realizá-la em data previamente determinada pelas autoridades eclesiásticas. Isto pode demonstrar a importância para a população, e porque não para a administração da Capela, naquela época, que a recepção dos Breves deveria ser vista como algo grandioso, por demonstrar a importância do sítio, dentro do campo religioso, e para os administradores da capela, como forma de se projetarem socialmente. As Bênçãos Indulgenciadas, apesar de toda polêmica sobre as Indulgências deste o século XVI, acaba reafirmando o *status quod* do lugar como centro de Espiritualidade para época, um centro de peregrinação que remete para os principais centros de romarias do mundo.

Todo este cuidado na proclamação do Jubileu, com panos, músicos, sacerdotes, ceras, expressa o diferencial da Capela já reconhecido como um centro de peregrinação. Além disso, deve-se apontar para um certo prestígio da Irmandade, sobretudo do administrador e pessoas mais próximas dele, que se projetavam socialmente a partir das festividades grandiosas que se faziam. Além disso, a ideia do Jubileu liga-se aos grandes fatos, homens e lugares importantes. Liga-se a Roma, o centro da Cristandade. Não queriam transformar a capela na “Roma eterna”, mas talvez na *auter Roma* (outra Roma). Torna-se um *status* para o lugar. É ligar às pessoas e a igreja a este passado de glória, aos Jubileus de Roma e aos principais centros de peregrinação da Europa.

Para que o lugar seja ornado dessa *Aura Sacra*, como também desse *status*, aumentando ainda mais a importância do sítio, os administradores adquirem diversas relíquias para a capela. Relíquias são pedaços de ossos de Santos ou de suas vestes, ou algo que foi utilizado por eles, por Cristo ou Nossa Senhora. Como no Jubileu em Roma, onde as relíquias tiveram seu papel, em especial a do Santo Sudário e a da Santa Cruz (também chamado de Santo Lenho), na capela do Bom Jesus, em

---

<sup>47</sup> AEAM. H 26. Folhas 13. Esta é a expressão utilizada no livro.

<sup>48</sup> AEAM. H 26. Folhas 13.

Congonhas, a posse e exibição das relíquias foram preocupação dos administradores. Conseguiram uma doação do padre Jerônimo de Sá Vilhena, pároco de Congonhas do Sabará, que ofereceu algumas relíquias para a capela, conforme se vê no termo de autenticidade das mesmas<sup>49</sup>. Não apenas adquiriram-as, mas contrataram, posteriormente, um dos artífices reconhecidos na sociedade Mineira do século XVIII para fazer a custódia que iria abrigar estas relíquias: Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Há, ainda hoje, relíquias de Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São Jerônimo e São Felicíssimo na Basílica do Senhor Bom Jesus e algumas delas nos bustos relicários feitos pelo Aleijadinho, exposto dentro da igreja. Há uma preocupação em adquirir as relíquias e na forma como serão expostas.

Observa-se que o concerto do órgão feito para a “proclamação do Jubileu”, e provavelmente tocado no primeiro, parece não ter resolvido o problema do instrumento. Para solucionar definitivamente a questão, o administrador Ignácio Gonçalves adquiriu um novo órgão para a capela na mão do comerciante João de Miranda. Este novo instrumento musical custou “100\$000 e ouro são 83 ¼ 2”<sup>50</sup>. Este órgão serviu para abrilhantar o Jubileu de setembro, e foi tocado pelo mesmo organista e violinista, de Vila Rica, Caetano Rodrigues da Silva. Em setembro 11 sacerdotes atenderam durante o Jubileu<sup>51</sup>.

A compra do órgão e a utilização de panos como damasco, tafetá, a quantidade de ceras e tochas, mostram a grandeza que se queria ostentar durante os festejos, numa demonstração de poder expresso através da pompa litúrgica. Não podemos nos esquecer que alguns faziam isto por acreditarem que estariam realmente agradando a Deus. Davam a Ele o melhor, como forma de agradecer e de pedir suas bênçãos e proteção. Outro gasto se tinha com os sacerdotes que eram contratados para as festividades sendo, todos eles, pagos com as ofertas oferecidas pelos fiéis. O livro de caixa da Basílica registra estes números, como também a despesa com alimentação. Graças à expressiva quantidade de romeiros tornou-se possível manter tantos e exagerados gastos. A maioria desses romeiros, como já mencionado, frequenta o Santuário durante o período da festa.

---

<sup>49</sup> AEAM. & 09. f. 04 V; 05; 05 V

<sup>50</sup> AEAM. H 26. f. 13. Registra-se desta forma no livro.

<sup>51</sup> AEAM. H 26. f. 13.

## *As festividades do Jubileu:*

A fundação do Jubileu ocorre em 1779, mas os breves concedidos pelo Papa só chegam no final deste ano, fazendo com que a proclamação e o primeiro Jubileu só ocorressem em 1780, como já mencionados. A partir de então, inúmeros gastos foram efetuados para promover as festividades. Um destes diz respeito às relíquias, como já mencionados acima. No entanto, no ano de 1785, a capela consegue a Relíquia do Santo Lenho, um pedaço de madeira que acreditam ser um fragmento da Cruz onde Cristo foi crucificado. São promovidos inúmeros gastos para poder guardar e expor, com a devida decência, o sagrado lenho. Assim, a Manoel Gonçalves Bragança foi pago para fazer a custódia da relíquia<sup>52</sup>, o douramento foi feito pelo padre Antônio Ferreira de Araújo, em Vila Rica, que cobrou 38 oitavas e  $\frac{3}{4}$ <sup>53</sup>; mais  $\frac{1}{4}$  de oitavas foi despendido no transporte do relicário. Após terem adquirido o relicário e mandado dourar, foi comprado um trono para se colocar o dito Relicário com o Santo Lenho, isto em 1786<sup>54</sup>.

Dois elementos possibilitam pensar o crescimento das peregrinações junto ao Santuário: primeiramente uma demanda cada vez maior de sacerdotes que são contratados para atender durante as festividades. Estes seriam necessários se houvesse público que demandasse “pasto espiritual”<sup>55</sup>, como afirmam os documentos de época ao tratar da necessidade do cuidado espiritual do povo. Em segundo lugar, deve-se mencionar a construção de mais cômodos para a hospedagem dos romeiros que ficavam em torno da capela do Bom Jesus. Viajantes que passam pelo Santuário no século XIX narram, em seus diários, a existência dessas construções. James Well afirma que as construções para abrigar os romeiros não se concentravam apenas em torno da capela do Bom Jesus, mas inúmeras casas construídas ao longo da Ladeira (antiga Rua Direita, hoje ladeira do Bom Jesus) serviam para acomodar as “multidões que se aglomeram dentro da cidade por ocasião das festas anuais do

---

<sup>52</sup> AEAM. H 26. f. 17

<sup>53</sup> AEAM. H 26. f. 18

<sup>54</sup> AEAM. H 26. f. 18 V

<sup>55</sup> Cf.: AEAM. *Livro de Cartas pastorais de Dom Frei Manoel da Cruz*. Arm. 1; Gav. 1; Pasta 6. 28 de fevereiro de 1748. f. 01. As cartas pastorais também podem ser obtidas pelo site: [http://www.gphr.ufop.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=52&Itemid=7](http://www.gphr.ufop.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=7)

Santo Padroeiro”<sup>56</sup>. Além dele, o Barão de Schwege diz que “ao lado da igreja existe um longo edifício destinado aos Romeiros que aqui se reúnem”<sup>57</sup>. Esta construção ficou conhecida como Romaria de Varandas. Já do lado esquerdo, casas mais simples de porta e janela, para romeiros que não possuíam tantos recursos financeiros. Estas casas que abrigavam os romeiros durante as festividades ficaram conhecidas como Romarias. Em uma carta de Dom Frei Cipriano, ao falar sobre o Santuário do Bom Jesus e sobre o grande ajuntamento de povo, afirma que durante a festa “a capela de Matosinhos mais parecia praça de touros que igreja de fiéis”<sup>58</sup>. Isso demonstra o grande número de peregrinos que iam e permaneciam durante todo o festejo, como também o principal meio de transporte.

No ano de 1785, o administrador Ignácio Gonçalves efetua gastos em quantia significativa de 315 oitavas e ½ em construções destinadas aos romeiros<sup>59</sup>. Com o passar dos anos, a capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos vai se firmando como centro espiritual para o povo mineiro setecentista. Conforme Carrato, “o Santuário de Congonhas reserva-se o papel de foco irradiador de intensa piedade popular, que, através da *peregrinação*, da esmola, e das práticas devocionais, irá acender outros lares fervorosos da vida religiosa mineira”<sup>60</sup>.



Foto da Romaria que existia ao lado da Igreja<sup>61</sup>

<sup>56</sup> WELL, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. Vol. 02. Coleção Mineriana – Série Clássicos. p. 99.

<sup>57</sup> Apud.: FERREIRA, Delson Gonçalves. *O Aleijadinho*. 2º ed. Belo Horizonte: Rona, 2001. p. 69.

<sup>58</sup> TRINDADE, Con. Raimundo. Op. Cit. p. 168.

<sup>59</sup> **AEAM**. H 26. f. 18 V

<sup>60</sup> CARRATO, José Ferreira. Op. Cit. p. 216. grifo nosso.

<sup>61</sup> Fonte da imagem: ENGRACIO, Mons. Julio. Op. Cit. p. 04

Para tentar mover o povo à piedade, como já havia mencionado o primeiro Bispo de Mariana na provisão concedida para a construção da capela, os administradores tentam manter uma solenidade cada vez maior nas celebrações. É claro que estas solenes celebrações também eram movidas por interesses mais mundanos, como o de se posicionar numa sociedade marcada pela hierarquia. Assim, os gastos com as festividades vão aumentando, e parece que o número de devotos também. No ano de 1786 foi contratado o músico “Theodorio Nogueira e a seus companheiros para cantarem”,<sup>62</sup> sendo efetuado pagamento a 09 padres no jubileu de maio e 17 padres no jubileu de setembro. Para o ano de 1789 são 09 padres que atendem o Jubileu de maio e 33 no Jubileu de setembro, sendo contratado o músico Antônio Ferreira de Souza<sup>63</sup>. A diferenciação é pequena nos anos subsequentes: em 1791 são 10 sacerdotes para o mês de maio e 26 para o jubileu de setembro<sup>64</sup> enquanto em 1792 são registrados 08 padres em maio e 27 em setembro.<sup>65</sup> Este número de sacerdotes se deve ao fato de se ter um número considerável de fiéis e a necessidade de confissão e comunhão. Pode-se dizer que o aumento de padres se deve como consequência do crescimento do número de peregrinos. Para se ter um paralelo da importância do centro espiritual que Congonhas se tornou, retomamos o comentário feito por Saint Hilaire que compara a igreja do Bom Jesus à de Nossa Senhora do Loreto na Itália. Diz que a igreja do Bom Jesus é para região o que Loreto é para a Itália: centro de peregrinação e irradiação da fé.<sup>66</sup> O gráfico abaixo, pode ajudar a compreender melhor esta linha ascendente do Jubileu.

---

<sup>62</sup> AEAM. Livro H 26. f. 18.

<sup>63</sup> AEAM. Livro H 26. f. 20V.

<sup>64</sup> AEAM. Livro H 26. f. 24V.

<sup>65</sup> AEAM. Livro H 26. f. 26.

<sup>66</sup> SAINT HILAIRE, Auguste. In.: MENDES, Nancy Maria (org). *O barroco mineiro em textos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 239.

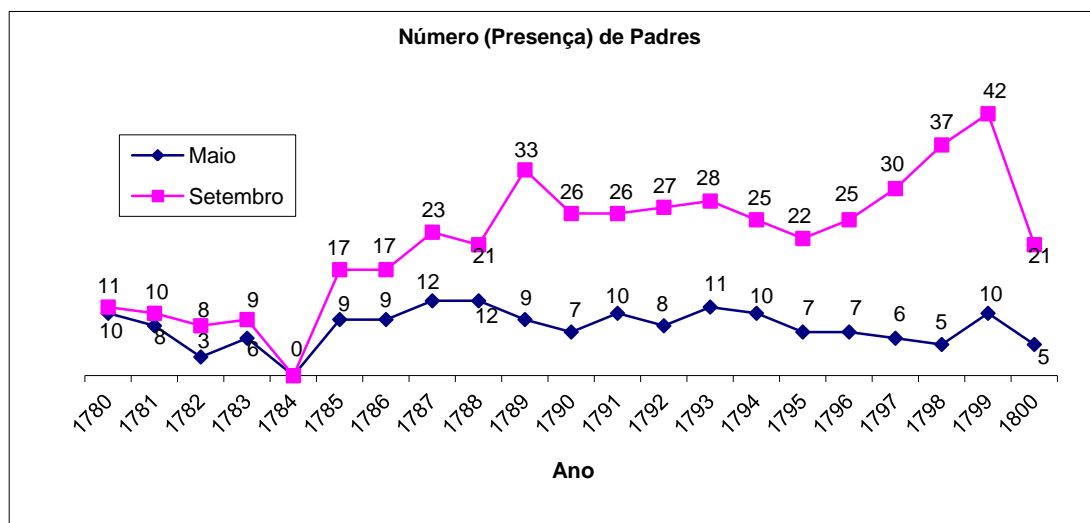


Gráfico Márcia Martins Seabra

A partir dos números acima mencionados, se faz jus dizer que o Santuário do Bom Jesus de Congonhas tenha sido um dos maiores centros de peregrinação do Brasil no século XVIII, ou como afirma Germain Bazin: “o santuário de Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo, é um dos topos espirituais da América Latina”.<sup>67</sup> Pensar os gastos realizados durante as festividades, permite analisar a importância do Santuário como centro espiritual, econômico, cultural e político para a época. Para analisar esta imbricação em torno da festa e do Santuário, não apenas os gastos, mas a repercussão que as festividades traziam, possibilita compreender a importância deste centro espiritual nos setecentos não apenas para o lugar, mas especialmente para as pessoas que, em torno da devoção, se projetam como organizadores. Estas repercussões podem ser vistos nos comentários dos viajantes que afirmam a importância do centro religioso. Além deles, durante o século XVIII, o poeta e inconfidente, Tomás Antônio Gonzaga, registra, no seu livro intitulado *Cartas Chilenas* (1788), o Santuário de Congonhas. É uma das citações mais antigas de que se tem notícia, percebendo-se, desta forma, a notoriedade que o local vai adquirindo já no século XVIII:

Distante nove léguas desta terra  
há uma grande ermida, que se chama  
Senhor de Matosinhos; este templo  
os devotos fiéis a si convoca  
por sua arquitetura, pelo sítio  
e, ainda muito mais, pelos prodígios

<sup>67</sup> BAZIN, Germain. p. 219. grifo nosso.

com que Deus enobreceu a Santa imagem.  
Este famoso templo (...) <sup>68</sup>

O aglomerado de pessoas que aqui se reúnem leva, impreterivelmente, a uma rede de integração e trocas. Os gastos com panos, ceras, com os sacerdotes, tudo isto nos faz acreditar na grandiosidade que a festa se tornou já nos idos do século XVIII, permitindo, em fins do setecentos, ter o Santuário 42 padres atendendo nas festividades. Alguns músicos, mesmo sendo mulatos, terão certa importância dentro das localidades onde residem, recebendo, muitas vezes, título de capitães de ordenanças, à pé ou montada. Mas esta relação com os músicos ampliam o campo de relações dos administradores do Santuário, criando novas redes de relação e sociabilização.

---

<sup>68</sup> GONZAGA, Tomás Antônio. *Poesias e Cartas Chilenas*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1957. p. 229-230. Versos 263 à 270. Cartas Chilenas são uma coleção de treze cartas, assinadas por *Critilo* e endereçadas a *Doroteu*, residente em Madri. *Critilo* é o próprio Tomás e *Doroteu* é Cláudio Manuel da Costa.

## *Os músicos e a música na capela do Bom Jesus: solenidade, pompa e prestígio pelo culto*

### **1 – Da música sacra**

A tradição musical em Minas Gerais remete já ao início da ocupação do território, desenvolvendo e atingindo seu ápice em meados do século XVIII. Os documentos sobre a vida musical da capitania de Minas Gerais, que chegaram até à nossa geração, atestam, com grande vigor, o prestígio que esta atividade possuía. Nas Vilas, Cidade ou Arraiais, a música era parte integrante das festividades religiosas e civis. As principais festas da igreja eram acompanhadas com coro e orquestra. Esta atividade era tão rendosa e em grande quantidade, que alguns músicos ou mesmo cantores viviam deste ofício. O viajante inglês Saint Hilaire, que passa por Minas Gerais no início do século XIX, fica impressionado com a qualidade da música no arraial do Tijuco, hoje Diamantina. Ele assistiu a semana Santa no dito arraial e afirma que, “a música convinha tanto à santidade do lugar quanto à solenidade da festa, e foi executada com perfeição. Várias cantoras possuíam voz encantadora e duvido que, em qualquer cidade do norte da França, de população semelhante, se executasse uma missa em música tão bem quanto esta”<sup>69</sup>. O testemunho desse viajante reforça a ideia da importância e do desenvolvimento musical em Minas Gerais nos idos de setecentos. Outro viajante, como Martius, também faz registro, em seu diário, sobre a música mineira testemunhando ter visto um grupo de músicos quando de sua viagem pelo rio São Francisco executando, com perfeição, algumas obras clássicas.

No entanto, nosso objeto de análise, neste capítulo, não se refere ao conjunto de música executado em todo o território de Minas Gerais. Abordaremos, aqui, um problema mais pontual, que está relacionado aos músicos como também aos instrumentos musicais utilizados no atual Santuário Basílica do Senhor Bom Jesus de

---

<sup>69</sup> Apud.: LANGE CURT, Francisco. A música barroca. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História geral da civilização brasileira – a época colonial*. São Paulo: Divisão Européia de Livro, 1960. p. 136. 2º vol. Tomo I. Agradeço as informações concedidas pelo Professor Paulo Castanha, Unesp, em 2007, quando encontrei-me com ele no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e por e-mail remeteu algumas informações e bibliografia básica sobre o tema.



Matosinhos, em Congonhas, e a sua importância para a ampliação de influência da administração do Santuário. A música colonial Mineira torna-se, desta forma, pretexto para outras questões pertinentes neste momento, como a demonstração de uma certa importância sócio econômica para o Santuário com a contratação de músicos que são chamados para abrilhantar as festividades do Bom Jesus.

Além disso, dentro da espiritualidade cristã, acredita-se que a música sacra possibilita ao fiel uma experiência com o transcendente, e a boa música faz a “beleza (...) transparecer a presença de Jesus Cristo” como mostra o documento *Sacrosanctum concilium*, nº 7.<sup>70</sup> Essa beleza revelada no decoro dos templos ou na música, faz soar até nós as palavras do salmista que contempla a obra de Deus com “esplendor e Magestade” (*Salmo* 111 [110], 3).

Desde o concílio de Trento, a Igreja pede que nos templos se mantenham a sobriedade nas coisas sagradas. Os bispos tentam, em diversos momentos, colocarem estas orientações Tridentinas em prática. O primeiro prelado a pisar solo mineiro, Dom Frei Antonio de Guadalupe, que empreendeu sua viagem no início do século XVIII, entre os anos de 1725 a 1728, em diversas visitas pastorais que fez nas paróquias de Minas Gerais, repreendeu os músicos não só pela letra das músicas, inadequadas para as celebrações litúrgicas, mas também pelo solfo e preços cobrados. Interferia, o dito prelado, em questões religiosas e econômicas, tentando fazer com que um número maior de celebrações pudesse ter a presença de acompanhamento musical, se o preço fosse menor do que o ordinariamente cobrado. O primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz, em 1753, emitiu uma circular sobre a Música, também conhecida como Pastoral da Música, onde menciona a atitude de seu antecessor e repreende, novamente, pela inadequação das letras e solfejos:

Dom Frei Antonio de Guadalupe visitando pessoalmente esta Capitania das Minas Gerais achara nas músicas que se cantava nas festividades da Igreja muita profanidade e indecência tanto nas letras, como na solfa, e também que os Mestres da Capela levavam exorbitantes emolumentos pelas licenças que davam aos músicos

---

<sup>70</sup> Cf.: [http://www.vatican.va/news\\_services/liturgy/2003/documents/ns\\_lit\\_doc\\_20031204\\_40-concilium\\_po.html](http://www.vatican.va/news_services/liturgy/2003/documents/ns_lit_doc_20031204_40-concilium_po.html) acessado em: 20 novembro de 2010.

para cantar o que não podiam fazer por cuja razão proibira com grandes penas aos ditos.<sup>71</sup>

Ao se referir na “profanidade” da música, faz menção a não utilização do canto chão ou do canto gregoriano, como também nos altos preços (emolumentos) cobrados. Retifica, desta forma, as orientações oferecidas por Dom Frei Antônio de Guadalupe sobre a solfa e valores. Em outro trecho, o primeiro Bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz, determina o seguinte:

Ordenamos, que nas festividades da igreja se cantem as músicas com introito, gradual, e comum com própria da festividade que se celebrar, sendo tudo conforme o rito da Igreja próprio daquele dia e, outro sim, que as mais letras que além das referidas se cantarem nas ditas festividades sejam latinas tiradas do breviário, ou missal romano, assentando todas em solfa honesta.<sup>72</sup>

Estas orientações dos bispos estavam baseadas nas determinações do Concílio de Trento, como bem salientou Dom Frei Manoel da Cruz: “em observância do suposto pelo Concílio Tridentino”<sup>73</sup>. A partir das determinações Tridentinas, fez-se confirmar nas igrejas alguns instrumentos mais adequados ao uso nas liturgias, principalmente para serem usados no culto Divino: o órgão. Esta medida foi confirmada pelo Concílio Vaticano II, no documento *Sacrosanctum concilium*, onde salienta a tradição da Igreja que possui um “grande apreço, na Igreja latina, ao órgão de tubos, instrumento musical tradicional e cujo som é capaz de dar às cerimônias do culto um esplendor extraordinário e elevar poderosamente o espírito para Deus”.<sup>74</sup> Este instrumento foi muito prestigiado pelas igrejas de Minas. O primeiro órgão, de grande porte, conhecido em Minas, seria o da Catedral de Mariana, oferecido como presente pelo Rei de Portugal Dom João V. Ainda existem instrumentos musicais como estes na Igreja Matriz de Santo Antônio, Tiradentes (antigo São José Del Rei) e na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Diamantina (Tijuco) que foi montado pelo padre Manoel de Almeida da Silva<sup>75</sup>. Pesquisando a documentação da atual Basílica

---

<sup>71</sup> **AEAM.** *Livro de Cartas pastorais de Dom Frei Manoel da Cruz.* Prateleira W, livro número (código) 41. Emitida em Vila Rica (Ouro Preto), ano de 1753. Esta publicação vê-se nos livro de Inficionado transcrito em 30 de outubro de 1753. f.12 V e 13.

<sup>72</sup> **AEAM.** *Livro de Cartas pastorais de Dom Frei Manoel da Cruz.* W 41. f.12 V e 13

<sup>73</sup> **AEAM.** *Livro de Cartas pastorais de Dom Frei Manoel da Cruz.* . f.12 V e 13

<sup>74</sup> Cf.: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19631204\\_sacrosanctum-concilium\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html) acessado em: 20 novembro de 2010.

<sup>75</sup> ALVES, Herinaldo Oliveira (org.). *Roteiro Histórico de Diamantina.* Mariana: Editora Dom Viçoso, 2013. p. 32.

do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, deparamos com a existência de um instrumento musical semelhante a este que esteve em uso até no século XIX, estando em desuso já no início do século XX.

## **2 – Os músicos do Bom Jesus: solenidade, pompa e prestígio pelo culto**

Desde a inauguração da Capela do Bom Jesus, em 1759, que a música foi preocupação dos administradores do Santuário. Feliciano Mendes, quando da inauguração, além de fazer inúmeros gastos com cera para iluminar o ambiente, panos, incenso, contratou um músico para abrilhantar a festa. Antônio do Carmo, músico, que vivia de seu ofício, morador que era no arraial das Congonhas do Campo, em dezembro de 1759. Antônio do Carmo nasce por volta de 1700 na freguesia da “Seda, Ilha 3º do Bispado de Angra” vindo para a América Portuguesa em data incerta. Até o ano de 1755 residia em Vila Rica vivendo “de sua música”<sup>76</sup>. É o primeiro músico a tocar na Capela do Bom Jesus<sup>77</sup>. Há informação que um músico com o mesmo nome tenha sido contratado para tocar em São João Del Rei, em 1717, com objetivo de dar as boas vindas ao governador Dom Pedro de Almeida e Portugal<sup>78</sup>. Provavelmente um homônimo, pois nesta época estaria com 17 anos além de não saber a data que chega na América Portuguesa. O músico Antônio do Carmo, que atuou na Capela do Bom Jesus, também residiu em Sabará, Vila Rica e posteriormente em Congonhas do Campo. Em Vila Rica, atual Ouro Preto, foi membro da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, de Antonio Dias onde também ocupou o cargo de Escrivão<sup>79</sup>. Essas pessoas viviam da “arte da música”, o que justifica certa rotatividade de lugares.

Quando da inauguração da Capela do Bom Jesus, este músico constava com 59 anos. Na documentação do Santuário, nesta época, ainda não aparece a existência de instrumentos musicais, sendo mais provável que o órgão, ou o instrumento utilizado, pertenceria ao músico que o levou para este evento. Depois desta data, vemos a contratação de outros músicos, mas não aparece a aquisição de instrumentos

---

<sup>76</sup> Cf.: **AEAM**. *De Genere* de Jerônimo Pereira Pina. Vila Rica. Armário 05, pasta 0735. Ano de 1755.

<sup>77</sup> **AEAM**. Prateleira H, livro 26, ano de 1759. f. 2 V.

<sup>78</sup> LANGE CURT, Francisco. *A música barroca*. Op. Cit. p. 127

<sup>79</sup> Cf. LANGE, Francisco Curt. *História a música nas Irmandades de Vila Rica – freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. Vol V p. 27. Posteriormente, transfere-se para o Arraial das Congonhas do Campo.

musicais. Dentre os músicos contratados para os trabalhos durante as festividades do Bom Jesus antes da fundação do Jubileu destaca-se, em 1773, o nome de Manoel Dias de Oliveira<sup>80</sup>.

Manoel Dias de Oliveira nasceu em São José Del Rei, atual Tiradentes, em 1735, falecendo em 1813 na sua cidade natal. Era organista, mestre de música, calígrafo, compositor e foi nomeado capitão da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos de São José do Rio das Mortes. Desde 1769, há registro de sua atuação como músico em São José Del Rei (Tiradentes) como também em outros Arraiais, como Prados e Congonhas. Suas obras, pela qualidade que possuíam, foram copiadas e divulgadas em outros centros, inclusive Vila Rica. Dentre seu legado pode-se citar: missa para Domingo de Ramos; Missa da visitação de Nossa Senhora; motetos; Te Deum, etc. Uma de suas missas, a “missa de oitavo tom com violinos e baixo” sobreviveu apenas o Kyrie (ato penitencial)<sup>81</sup>. Não encontramos, até a presente data, nenhuma música feita exclusivamente para a festa do Bom Jesus, mas estas obras compostas por ele foram, com certeza, entoadas em Congonhas. É importante ressaltar o valor e prestígio que este músico tinha, e como a contratação dele revela não apenas uma preocupação com a solenidade da celebração, mas também o prestígio econômico que a Capela do Bom Jesus já possuía naquela época, antes mesmo da fundação do Jubileu, disponibilizando recursos para contratar determinados músicos de renome nas Minas.

Além de Manoel Dias de Oliveira, outros músicos trabalharam no santuário, especialmente depois da fundação do Jubileu em 1779. A partir de então vemos ser contratados músicos para as festividades do Jubileu, vindos principalmente da capital da Capitania, Vila Rica. Dentre eles, podemos citar: Caetano Rodrigues da Silva (1780 – do qual falaremos mais adiante), Theodório Noqueira e “seus companheiros”, conforme registrou o escrivão do Santuário, que vinham para “cantarem”<sup>82</sup>. Além destes, aparece, outros músicos como Silvestre José da Costa (1781), Antônio Ferreira de Souza (1788 à 1800). Há, por parte da administração do

---

<sup>80</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1773. f. 9 V.

<sup>81</sup> Cf.: MISSA. Acervo do Museu da Música de Mariana. Coordenação musicológica Paulo Castagna. Belo Horizonte: Fundação Educacional e cultural da Arquidiocese de Mariana, 2002. p. 23 e 26. & Cf.: NEVES, José Maria. *Música Sacra Mineira – biografias, estudos e partituras*. Rio de Janeiro: Funarte, 2000. p. 265.

<sup>82</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26. f. 18.

Santuário, em estabelecer na Capela do Bom Jesus um culto que ostentasse um certo prestígio social, demonstrado, dentre outras coisas, pela grandiosidade das celebrações, com coro e orquestra, inúmeros padres, pela custosa despesa que efetuavam seja com ceras, para iluminar o templo, panos, ricos paramentos, tudo para se ter celebrações ricamente ornadas.

O último músico listado, Antônio Ferreira de Souza (1788 à 1800), foi quem por mais tempo trabalhou no Santuário. Há poucas informações sobre ele. É no ano de 1788 que aparece pela primeira vez o nome deste músico. Depois, na escrituração do Santuário, há, no ano de 1792, um pagamento ao músico Antonio Ferreira<sup>83</sup>, que tende a ser a mesma pessoa. Esta afirmação se deve por haver, no ano de 1797, uma confusão com nomes do músico. No livro de caixa aparece registrado apenas Antonio Ferreira e, para o mesmo ano, há um recibo avulso<sup>84</sup> onde o músico assina como Antonio Ferreira de Souza, o que nos leva a crer que o escrivão que fazia o registro no livro caixa anotou apenas um nome e um sobrenome<sup>85</sup>, deixando de lado o último sobrenome. Observa-se, também, que no ano de 1789 a contratação deste músico para o jubileu<sup>86</sup>. Os trabalhos do músico Antonio Ferreira de Souza serão consecutivos a partir de 1792, atendendo a capela durante as festividades até o ano de 1800<sup>87</sup>, quando seu nome aparece pela última vez no livro de despesas da Basílica<sup>88</sup>. Fora deste período, a capela possuía um músico para tocar durante o ano, como se pode aferir a partir da escrituração do Santuário, que registra o pagamento de um músico para o jubileu e outro por ter tocado durante o ano. Este músico “da casa”, durante algum tempo, foi o irmão Vicente<sup>89</sup>, que depois assumirá o cargo de administrador da capela. A partir de então, contratam um músico para as solenidades, como já de costume, e ensinam um escravo da casa para aprender o ofício de músico, executando o órgão durante o ano.<sup>90</sup> Há alguns anos em que não se registram o nome do músico, apenas o pagamento pelo serviço, como no ano 1789 onde se vê o acento

---

<sup>83</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1792. f. 26

<sup>84</sup> AEAM. Livro de recibos avulsos. Prateleira &, livro 8, ano de 1797, f. 21B

<sup>85</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1797. f. 33 V

<sup>86</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1797. f. 20 V

<sup>87</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1793. f. 28; 1794 f. 28; 1795 f. 31; 1796 f.31; 1797 f. 33; 1798 f. 34 V; 1799 f. 35 V.

<sup>88</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1797. f. 26 a 48

<sup>89</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1788. f. 19 V.

<sup>90</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1825. f. 102.

com o seguinte teor: “pagamento aos músicos pela novena do senhor” e ao “Irmão Vicente da sua porção de tocar o órgão”<sup>91</sup> durante o ano. A falta de informações mais completas sobre os músicos no Santuário se repete nos anos de 1791 onde o pagamento “a música da novena do Senhor” não vem acompanhado com o nome do músico registrando-se, apenas, o nome do Irmão Vicente que executou o órgão durante o ano<sup>92</sup> e não se encontra recibos avulsos destas datas.

### **3 – Dos instrumentos musicais no Santuário**

A referência mais antiga que temos sobre a existência de um órgão na Capela do Bom Jesus data da fundação do Jubileu em 1779. O administrador do Santuário, irmão Inácio Gonçalves Pereira, contrata o músico Caetano Rodrigues da Silva para concertar o órgão da capela e tocá-lo na proclamação do Jubileu.<sup>93</sup> Caetano Rodrigues da Silva foi um músico de renome nas Minas Gerais. Atuou em Sabará e Vila Rica. Na Vila de Sabará, executou inúmeros trabalhos para a Câmara e Irmandades. Em Vila Rica, vê-se registros datados de 1750, mas há informações de sua estadia nesta Vila anterior a esta data, vindo a falecer em 1783, como aponta Daniela Miranda em sua dissertação de mestrado apresentada à UFMG em 2002<sup>94</sup>.

Caetano Rodrigues da Silva compõe a lista de nomes dos grandes músicos para as Minas no século XVIII. Era compositor, violinista e organista trabalhando intensamente como músico durante diversas festividades de Nossa Senhora da Conceição, de Vila Rica, nas Irmandades do Santíssimo Sacramento, na igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, e também na igreja de Nossa Senhora do Carmo da mesma Vila. Observa-se que atua em irmandades e ordens terceira que congregam homens de certo prestígio social. No entanto, Caetano Rodrigues da Silva não é membro dessas agremiações religiosas, ele entra para a irmandade de Nossa Senhora da boa Morte em 03/10/1739. Como músico, ele ocupou o cargo de primeiro rabeca

---

<sup>91</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1789. f. 21 V.

<sup>92</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1791. f. 24.

<sup>93</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1780. f. 13.

<sup>94</sup> MIRANDA, Daniela. *Músicos de Sabará: a prática musical religiosa a serviço da Câmara (1749-1822)*. Dissertação mestrado apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-5KRP2U/disserta\\_o.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-5KRP2U/disserta_o.pdf?sequence=1) acessado em 24/01/2007

do corpo de policiais militares, em Vila Rica.<sup>95</sup> Além de músico, Caetano Rodrigues da Silva foi professor da “arte da música (...) grande organista, rabequista e mestre de rabeção, regente e compositor”<sup>96</sup>. Poucos são os músicos que aparecem o registro como “professores da Arte da Música”, como apresentou Miranda para a Vila de Sabará. Esta estudiosa arrolou os seguintes músicos conhecidos como professores: Jerônimo da Costa Guimarães; Bento Pereira de Magalhães; Antonio José Dias Rabelo; Caetano Rodrigues da Silva<sup>97</sup>. Faleceu em 1783 deixando sete filhos. O mais velho possuía o mesmo nome do pai e tinha 20 anos quando do falecimento de seu progenitor, conforme registrado no inventário *post mortem*<sup>98</sup>.

Este músico foi contratado pelo administrador do Santuário para concertar o órgão. A partir deste documento, afere a existência, já em 1779, deste instrumento musical, mas com defeito, seja pela idade, uso excessivo ou mesmo mau. É difícil precisar a data que tal instrumento foi adquirido, pois não há menção, na documentação do Santuário, nos livros de despesas, desta aquisição. O que pode ter acontecido é ter sido, este órgão, doação de algum devoto, o que não levaria o aceno nos livros competentes. No entanto, por ocasião da fundação do jubileu, este órgão foi utilizado e percebe-se que o mesmo já existia em data anterior a 1779. Os documentos que fazem menção aos músicos anterior a esta data não trazem informações sobre qual ou quais os instrumentos utilizados.

No entanto, o concerto do órgão não atende à necessidade da capela. Por este motivo, para o jubileu de Setembro de 1780, o irmão Inácio Gonçalves adquire um novo instrumento para a capela do Bom Jesus nas mãos do comerciante João de Miranda.<sup>99</sup> Após esta data, inicia-se um processo de ornamentação para o referido órgão. Além da música oferecer uma maior solenidade às celebrações deveria também, o órgão, compor o conjunto decorativo da capela, motivo pelo qual há preocupação com esta adequação ornamental. O escultor Luis Pinheiro, que também

---

<sup>95</sup> Cf.: LANGE, Francisco Curt. *História da música nas irmandades de Vila Rica – Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. Vol. V. p. 89. & Cf.: PONTES, Márcio Miranda. *Música em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Pontes, 2002. p. 21. Neste livro há a publicação de motetos composto por ele, a partir da página 211.

<sup>96</sup> LANGE, Francisco Curt. Op. Cit. Vol. V. p. 150.

<sup>97</sup> MIRANDA, Daniela. Op. Cit. p. 77

<sup>98</sup> MIRANDA, Daniela. Op. Cit. p. 80

<sup>99</sup> **AEAM**. Prateleira H, livro 26, ano de 1780. f. 13.

possui obras na capela de São Francisco de Assis da Cidade de Mariana<sup>100</sup>, é contratado, em 1780, para fazer dois anjos para a “casa do órgão”<sup>101</sup>. Em 1783 ele recebe pela capa do órgão (o caixote que envolve o aparelho) e as grades do coro<sup>102</sup>. Em 1784, João Gonçalves Rodrigues, carapina, recebe pelos serviços que prestou no corte da madeira e confecção da caixa para o órgão<sup>103</sup>. Além do zelo dos administradores em ornar o referido órgão, o mesmo exige reparo em sua máquina. Já no ano de 1784, o padre Antonio Neto recebe por concertar e afinar o órgão. É neste recibo que percebemos que o mesmo instrumento é composto de tubos, pois além de afinar e concertar, o reverendo Antonio Neto também recebe pelo “concerto dos canudos do órgão” além do ferreiro Faustino “de tal” receber por “toronar os canudos do caixão do órgão”<sup>104</sup>.

O órgão será consertado novamente em 1802 por Manoel Pereira. Neste conserto, vê-se a necessidade de soldar os canudos do órgão, já gastos, e quem executa este trabalho é Vicente J. Ferreira<sup>105</sup>. Em 1804, o órgão recebe outro reparo desta vez por Felizardo Mendes juntamente com Antônio Francisco de Paula que são contratados para fazer os canudos do órgão e Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, recebe por fazer uma nova caixa para o instrumento musical. Além desses, Manoel Barbosa e João dos Santos também recebem por serviços prestados nesta empreitada.<sup>106</sup> A própria estrutura do coro é alterada para este fim, onde observamos que há um avanço, na parte do evangelho, que destoa do restante do conjunto. Neste lugar provavelmente ficava o referido órgão. A documentação também faz menção de outra intervenção realizada por Manoel Pereira que executa a caixa do órgão<sup>107</sup>, sem mencionar o que de fato é dele ou do Aleijadinho. Deve-se mencionar que os valores recebido pelo Aleijadinho são quatro vezes maiores que o de Manoel Pereira, que deve ter montado a referida caixa com poucos ajustes. Em 1805, Felizardo Mendes, Francisco de Paula, Manoel Pereira e João dos Santos

---

<sup>100</sup> Cf.: MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Publicação do Instituto do patrimônio histórico e Artístico Nacional. Vol. 1º.

<sup>101</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1782. f. 14 V.

<sup>102</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1783. f. 14 V.

<sup>103</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1784. f. 16.

<sup>104</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1784. f. 16.

<sup>105</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1802. f. 53.

<sup>106</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1804. f. 57.

<sup>107</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1804. f. 57.



recebem por finalizarem a obra. Apenas o primeiro há especificação do serviço prestado, constando que o mesmo recebeu por “puxar as chapas para os canudos do órgão da Capela”. O segundo e terceiro vê-se registrado apenas o pagamento pela “factura” e o último por serviços prestados, sem especificar<sup>108</sup>.

O viajante John Luccock, que viveu no Brasil entre 1808 à 1818, visitando a região da Minas entre 1817 e 1818, passa por Congonhas no último ano de sua viagem e registra informações sobre o órgão. Ao entrar na igreja, o mesmo observa que foi “colocado, por cima da entrada principal, um pequeno órgão, alegremente pintado”<sup>109</sup>. No século XIX, a última informação que temos sobre o órgão refere-se ao reparo realizado em 1825, onde o mestre organista Atanásio Fernandes da Silva faz um novo órgão para a capela além de ensinar um escravo a tocá-lo<sup>110</sup>.

No início do século XX o órgão não mais está em funcionamento. O último depoimento que temos dele foi registrado pelo monsenhor Júlio Engrácio na obra *Relação Chronologica do Sanctuario e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Geraes* publicado inicialmente pelo Arquivo Público Mineiro e, em 1908, pela Gráfica Salesiana. Ao entrar no templo, Monsenhor Júlio Engrácio dá as seguintes informações:

por cima da porta da entrada, está a tribuna, chamada vulgarmente coro; e esta tem, para onde dá o altar mor, a mesma figura que o Adro na frente: um zig-zag ovóide; e é sustentada por duas colunas que servem também de apoio aos cardeais do tapa vento, que é uma boa obra de talha, e envidraçado (...) uma escada em espiral por dentro da torre, do lado esquerdo, conduz à tribuna que é limitada na frente por balaústres de jacarandá preto torneados, obra correcta e segura: estão presos a um peitoral da mesma madeira. No centro está uma caixa de órgão, obra primorosa de talha, toda dourada, do mais delicado lavor: decahida de seu primeiro lustre pela incúria dos zeladores da Igreja: o instrumento interno não existe, e o pouco que lá está, muito estragado. É uma peça curiosa que deve ser restaurada e conservada, ainda só como memória artística das passadas eras (...)<sup>111</sup>.

---

<sup>108</sup> AEAM. Prateleira H, livro 26, ano de 1804. f. 59 V.

<sup>109</sup> FERREIA, Delson Gonçalves. Op. Cit. p. 73.

<sup>110</sup> AEAM. Primeiro livro de contas da Capela do Senhor Bom Jesus. Prateleira H, livro 26, ano de 1825. f. 102 V.

<sup>111</sup> ENGRÁCIA, Julio mons. *Relação Chronologica do Sanctuario e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Geraes*. São Paulo: Escolas profissionais Salesianas, 1908. p. 245-246

Após a passagem do Monsenhor Júlio Engrácio no Santuário, a administração do templo foi entregue, por Dom Helvécio Gomes de Oliveira, aos padres redentoristas que permaneceram até a década de 70 do século XX. Durante o século XX não temos informações sobre este órgão.

Todos estes elementos apresentados mostram os gastos e a importância da festa do Jubileu. Todo este aparato com o culto, a contratação de músicos, o reparo dos aparelhos, os gastos com panos e ceras, o pagamento de padres para auxiliar durante as festas, levam a pensar o número de pessoas que frequentavam as festividades. Os romeiros também receberam atenção, especialmente no que se refere às acomodações. Há uma preocupação dos administradores do Santuário que irão construir as casas para abrigar os Romeiros, também chamadas de Romarias. Mas outros problemas surgem com o aglomerado de pessoas durante o Jubileu, como, por exemplo, a questão do abastecimento de água. O administrador que contribuiu para a fundação do jubileu, Ignácio Gonçalves, iniciou obras de suma importância para a vida do Santuário, dentre elas a captação e canalização de água, dando origem a uma importante obra no século XVIII, utilizada, inclusive, até o século XX, o *Aqueduto do Bom Jesus*<sup>112</sup>.

---

<sup>112</sup> Cf. FALCÃO, Edgar Cerqueira. Op. Cit. p. 55

## *O aqueduto do Bom Jesus em Congonhas: o problema do abastecimento de água potável durante o Jubileu*

Um aqueduto é uma obra de engenharia que pode ser executada em pedra, madeira ou ferro, com o objetivo de transportar água de sítios, onde ela é abundante, para lugares onde há carência da mesma, ou há grande concorrência de pessoas. Normalmente, um aqueduto percorre grandes distâncias, cruzando vales, margeando encostas ou perfurando colinas. O seu aspecto exterior pode variar muito, podendo possuir, como os grandes aquedutos do Império Romano, uma ou várias pontes, não para as pessoas, animais e mesmo meios de transportes passarem, mas para conduzir água. Alguns destes aquedutos também são realizados em arcos, especialmente para atravessarem os vales, com estruturas conhecidas como arcaria, vulgarmente chamados de “Arcos Romanos”. Estes arcos não são enfeites, estruturas estéticas, mas uma forma de economizar material, pois não seria necessário fazer a parede toda, visto que o peso que suportariam não seria muito grande. Nos aquedutos mais antigos o escoamento da água era geralmente feito em superfície livre, apresentando sempre uma inclinação mínima para que a água pudesse correr, e eram edificados em alvenaria.

Na antiguidade, quase todas as civilizações construíram aquedutos, como por exemplo a China, a Caldeia, a Assíria, a Fenícia, a Grécia e Roma. Foi com a civilização romana que os aquedutos tiveram um desenvolvimento extraordinário. A cidade de Roma, no século I d.C., era abastecida por onze aquedutos, sendo, o maior deles, com 90 Km de extensão. O aqueduto mais antigo que se tem notícia foi construído na Grécia há cerca de 2500 anos. Era um túnel com 1280 metros de comprimento e situa-se próximo de Atenas. Os Romanos também construíram muitos aquedutos por todo o seu império. Parte do maior Aqueduto Romano ainda existe na cidade de Cartago, atual Tunísia, e tem 141 Km de comprimento.

Encontram-se restos de Aquedutos Romanos bem conservados em Mérida e Segóvia (Espanha), Nimes (França) e Roma<sup>113</sup>.

Em Congonhas, devido o grande aumento do afluxo de Romeiros no século XVIII, o Santuário teve necessidade de construir não apenas casas (as Romarias) para abrigar esta população que vinha para os festejos do Jubileu, mas também enfrentou problemas de abastecimento de água. Para solucionar esta necessidade, os administradores do Santuário empreenderam a construção de um aqueduto para conduzir água até a capela. Edgar Cerqueira Falcão é breve ao tratar sobre o aqueduto. Diz apenas que Tomas da Maya Brito “cuidou particularmente do serviço de canalização da água, feito com tubos de pedra-sabão, denominados alcatruzes, e das novas casas adjacentes, além de dedicar-se à mineração de ouro em prol do Santuário (...)”<sup>114</sup>. A obra de Monsenhor Júlio Engrácio, *Chronologia do Sanctuário*, publicado em 1908 pela editora Salesiana, trabalha um pouco mais esta questão. O autor refere-se a construção do aqueduto por períodos, de maneira breve, como também de outros negócios que envolveu o irmão administrador, que o autor considera “indecoroso”. Sobre isto, escreve Engrácio:

Entra, o administrador, em negócios alheios ao fundamento da instituição, e de seu glorioso destino. Afora o serviço de canalização moroso e mal feito, as despesas das missas dos capelães e do jubileu (...) caridosamente lançaríamos todas essas exageradas despesas a custa da canalização, se não deparássemos com a compra de dezenas de almocafes que nada tem que ver com o nivelamento do rego. Aliás, descoberto e simples, que ainda ai se vê assinalado pelos campos, a sudoeste do edifício, até a fonte que ainda hoje fornece água ao consumo da casa. Além disso, a escrituração acusa positivamente a verba para a mina (...)<sup>115</sup>.

Monsenhor Júlio Engrácio tem uma visão negativa desta obra que além de ser custosa demandou tempo. O mesmo autor retoma este tema um pouco mais adiante em sua obra com o mesmo pensamento, apontando um pouco mais de detalhes. Apresenta a dificuldade da época em que fora construído, a pouca tecnologia, mas

---

<sup>113</sup> Sobre os aquedutos cf. em: <http://www.geocities.com/Athens/Atrium/2046/aqueduto02.html>. Acessado em: 13/07/2009

<sup>114</sup> FALCÃO, Edgar Cerqueira. *Basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1962. (Brasiliensia Documenta, Vol. 3). p. 56.

<sup>115</sup> ENGRACIO, Júlio. *Relação chronologica do Sanctuario e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Gerais*. São Paulo: Escola Profissionais Salesianas, 1908. p. 54.

talvez falta-lhe um distanciamento de seu tempo para produzir uma visão mais crítica sobre a construção e a importância desta obra para o Santuário:

foi serviço, para o tempo, difícil e dispendioso. Foi feito com tubos de pedra de sabão, em pequenos pedaços, como era forçoso pela dificuldade a perfuração com ajustamento de uma ao outro, para serem ligados com betume e porem assim conservar toda a água ate a casa, chamarão estes tubos de alcatruzes (...). Só dois mananciais existem que pudessem vim a altura da casa, fontes límpidas, continuas, não sujeitas a acréscimo das águas nem diminuição de secas. Em 1902, com tubos de ferro, se produzia 10 litros por minuto<sup>116</sup>.

A construção do aqueduto teve início no ano de 1792 e só foi concluída no ano de 1798. Os valores gastos de fato foram altos, mas uma obra de engenharia



grandiosa. O canal foi todo em pedra sabão, aberto, seguindo o nivelamento do terreno chegando até o Santuário. A foto ao lado, retirada de uma parte do canal, mostra parte do trajeto que o aqueduto passava para chegar na igreja do Bom Jesus, tendo sido muito bem calculado o nível para a queda d'água. Apenas em um

trecho, o aqueduto teve um obstáculo que foi solucionado com a abertura de um túnel cuja altura permite uma pessoa andar dentro dele. Este empreendimento é visto, por Julio Engrácio, como “despendicioso, caro e de pouca utilidade”. No entanto, esquece da necessidade de água potável que o Santuário tinha durante as festividades e o consumo que deveria ser bem grande. A obra de fato consumiu recursos consideráveis para a época. Para termos uma ideia, Tomás da Maya Brito empregou seis escravos seus nesta empreitada por quase nove anos. Não apenas na construção, mas na manutenção de uma obra como esta que nos períodos de chuva deveria sofrer algumas perdas. Tomas da Maya Brito recebe pelos trabalhos dos seguintes escravos: Antonio, durante nove semanas, outro, no mesmo período,

---

<sup>116</sup> ENGRACIO, Júlio. Op. Cit. p. 55.

também por nome Antonio 26 semanas; Agostinho, que trabalhou na obra durante 35 semanas; João que além das obras permanece depois para fazer reparos, contabilizando um total de 38 semanas e Manoel durante 36 semanas<sup>117</sup>. Apenas um escravo, de nome Domingos, não consta o tempo que foi empregado na obra. A tabela abaixo mostra o número de escravos que conseguimos localizar nos recibos avulsos<sup>118</sup> do Santuário empregados na construção do Aqueduto do Bom Jesus:

<b>Nome</b>	<b>Nº de escravos</b>	<b>Valor</b>	<b>Ano</b>	<b>Registro de tempo gasto na obra, página do documento &amp; 08</b>
Joaquim José da Silva	-	26 ½ 2	12/09/1797	85 dias f. 09 A
Antonio José Pereira	-	20 ½	23/09/1798	82 dias f. 10 A
João Martins Ferreira	-	12	12/09/1798	4 semanas f. 11 A = 32 dias
Ana Ferreira de Paula	01	4 ¾	30/12/1798	09 semanas e meia f. 12 A = 72
Antonio José Pereira	01	4 ½	30/11/1798	09 semanas f. 13 A = 72
Manoel Luis Brum	01	6 ½	14/10/1798	13 semanas f. 14 A = 104 dias

<sup>117</sup> **AEAM**. Prateleira H, livro 26 f. 28 V; Há recibos avulsos em: **AEAM**. Prateleira &, livro 08.

<sup>118</sup> **AEAM**. Prateleira &, livro 08

Ana Maria de Jesus Nascentes	Os escravos	8 ¼	24/10/1798	16 semanas f. 15 A = 128
Caetano Francisco Lopes	01	3 ½	3/09/1798	07 semanas f. 16 A = 56 dias
Manoel Luis	01	9 /8 <sup>as</sup>	8/10/1797	18 semanas f. 26 B = 144 dias
João Martins Ferreira	01	11 8. <sup>as</sup>	20/10/1797	20 semanas f. 27 B = 160 dias
Manoel Rodrigues Falcato	01	20 8. <sup>as</sup>	9/10/1797	64 dias f. 29 B
Ana Maria de Jesus Nascentes	01	8 8. <sup>as</sup>	16/10/1797	16 semanas f. 30 B
João Antonio Chaves	01	8 ½	16/10/1797	17 semanas f. 31 B = 136 dias

No ano de 1798, para terminar o serviço, mais nove escravos foram contratados para agilizar o fim da canalização, como mostram os inúmeros recibos assinados pelos seus donos no referido ano<sup>119</sup>. Terminado o moroso serviço dos alcatruzes (os canos em pedra sabão), além do rego e do nivelamento, as fontes devidamente tomadas (dois mananciais em um só), contrataram Manoel Rodrigues Falcato para colocar os alcatruzes e betumá-los. O betume seria para juntar os diversos alcatruzes, os canos de pedra sabão, por onde a água seria transportada. Com a despesa de 77\$800 terminava o administrador esse serviço feito com perícia e

<sup>119</sup> **AEAM**. Prateleira &, livro 08 – diversos recibos existem neste livro, datados de 1797 e 1798 que demonstram os números de escravos que trabalharam no aqueduto.

que perdurou muitos anos até que substituíssem os alcatruzes por chumbo<sup>120</sup>. Ainda hoje é possível ver parte desse aqueduto, abandonado pelos morros; as fontes ainda existem no meio dos arvoredos e o túnel, do qual mencionamos acima, teve uma de suas entradas obstruídas.

---

<sup>120</sup> Cf.: ENGRACIO, Júlio. Op. Cit. p. 58



## *As festividades em fins do século XVIII*

O Irmão Vicente Freire de Andrade, administrador da Capela do Bom Jesus desde 1794, contribuiu significativamente com a montagem de uma estrutura que possibilitassem acolher inúmeros romeiros durante as festividades. Este administrador construiu mais cômodos para abrigar os romeiros<sup>121</sup>, terminou a obra do aqueduto e contratou Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, para fazer as obras externas da Capela: os profetas e as imagens que iriam compor a via sacra do Santuário, em tamanho natural, esculpidas em madeira. As primeiras obras por ele executadas foram as imagens dos Passos da Paixão. Os trabalhos iniciaram em agosto de 1796 e foram entregues em 1799, conforme o último recibo por ele assinado<sup>122</sup>.

Se admitirmos a hipótese de que um número maior de sacerdotes deve-se ao fato de uma grande concorrência de povo, foi no ano de 1799, na administração do irmão Vicente, que o Santuário do Senhor Bom Jesus conheceu seu apogeu. Foi a maior festa do século XVIII em Congonhas. Coincidentemente ou não, foi o ano em



que o Aleijadinho entregou as 66 imagens que iriam compor a via-sacra do Santuário, em tamanho natural. Neste ano de 1799 comemoraram também os 20 anos em que o

Papa Pio VI havia concedido os breves que criaram o Jubileu como também dos 40 anos que se celebrou a primeira missa na capela do Bom Jesus.<sup>123</sup> Havia, portanto, muita coisa para se festejar. O Jubileu de maio manteve-se com um número normal em relação aos anos anteriores, contando com 10 sacerdotes para atenderem durante

<sup>121</sup> Cf. FALCÃO, Edgar Cerqueira. Op. Cit. p. 55-57

<sup>122</sup> FALCÃO, Edgar Cerqueira. Op. Cit. p. 57.

<sup>123</sup> A primeira missa foi autorizada pelo primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz, e celebrada na oitava do natal de 1759, ou seja, nos oito primeiros dias após o natal. Cf.: **AEAM**. Livro & 12. f. 6 A

as festividades. Em contrapartida, o mês de setembro foi marcado por uma presença de 42 sacerdotes que atenderam durante toda a festividade,<sup>124</sup> número este expressivo e significativo como pode ser observado no gráfico da página 29.

Para melhor acolher este número de sacerdotes, o administrador da Capela, o irmão Vicente Freire, contratou Manoel Rodrigues Falcato para fazer a “casa nova dos padres” que fora entregue também no ano de 1799. A administração da capela tinha que cuidar não apenas da demanda e necessidades da igreja, mas ajudar o arraial a receber os peregrinos anualmente. Para isso, em 1799, além de tantos gastos já enunciados, pagaram o conserto da ponte que ligava o arraial, por ser o mesmo dividido pelo rio Maranhão<sup>125</sup>. A ponte é um elemento importante para o acesso ao lugar das peregrinações, e sem ela as festividades poderiam ficar comprometidas. A ponte foi arruinada pelas intempéries naturais e deveria ser arrumada pelas câmaras das Vilas. No entanto, Congonhas era região de fronteira, e o rio Maranhão, antigo rio das Congonhas, era o marco natural da divisa entre Vila Rica e a Vila de São João Del Rei. Não havendo por parte dessas duas Vilas o zelo necessário para arrumar a ponte do Arraial, nem população com condição para isto, ou se tivessem não havia interesse maior para tal empreitada, fez-se o conserto às custas da Capela do Bom Jesus. Era necessária para passagem dos inúmeros peregrinos que acorriam durante os festejos do Bom Jesus.

Neste mesmo ano, a capela adquiriu quatorze relíquias. Os relicários foram pintados por Manoel da Costa Ataíde, conforme recibo assinado por ele em 08 de setembro de 1799<sup>126</sup>. Quando os irmãos mandavam buscar alguma mercadoria em Vila Rica ou na praça do Rio de Janeiro, eram registrados também os gastos com tal deslocamento. Como não há registro, no ano de 1799, a nenhum pagamento para se buscar esses objetos em Vila Rica ou Mariana, e a data do recibo assinado pelo Ataíde coincide com a da festa, sugere a presença deste grande pintor durante o Jubileu de setembro de 1799. O mesmo, caso estivesse presente, veria as obras do Aleijadinho, de quem, posteriormente, iria encarnar algumas peças. O músico contratado naquele ano foi Antonio Ferreira, que desde 1792 vinha prestando serviço

---

<sup>124</sup> **AEAM.** H 26. f. 35 V.

<sup>125</sup> Cf.: **AEAM.** H 26. f. 36

<sup>126</sup> **AEAM.** & 08. f. 31 A

para a capela durante o Jubileu<sup>127</sup>. Estes gastos só foram possíveis graças as doações dos inúmeros fiéis que frequentavam a capela. Todos esses elementos corroboram a idéia do professor Carrato ao afirmar que “a devoção ao Senhor Bom Jesus de Matozinhos consegue o *prodígio de avivar a fé religiosa a um fervor como jamais se vira em Minas*”<sup>128</sup>, partindo, os peregrinos, de inúmeras partes da Capitania para as festividades.

Mas nem tudo foi tão tranquilo assim na administração da Capela do Bom Jesus. O Irmão Vicente, em fins do século XVIII e início do XIX, cria um atrito com o novo Bispo de Mariana, o quinto na história da Diocese, Dom Frei Cipriano de São José<sup>129</sup> que tomou posse em 1798.

Após a chegada e posse de Dom Frei Cipriano em Mariana, os clérigos que apresentaram a diocese para o Bispo disseram que o mesmo também deveria dirigir a capela de Matosinhos. “Afirmaram que era uma capela nos seus paramentos e alfaias rica pela cópia de esmolos dos fieis e mais rica ainda pelas muitas indulgências que nela se lucravam em dias determinados”. O bispo perguntou aos padres “quem era o sujeito que atualmente cuidava em capela tão rica e em tudo o que lhe pertencia”. Os sacerdotes

responderam que era o Ermitão que, em outro tempo, havia representado várias figuras neste mundo: porque havia sido músico, depois soldado e, dando baixa se introduzira em negócios no qual quebrara com gravíssimo prejuízo dos seus credores e que, vendo-se sem crédito nem meio algum de subsistência, se refugiara em Matosinhos e deixara crescer as barbas, que já não conserva: e depois achando-se bem instruído no manejo da devoção aparente, por empenho de alguns apaixonados, em sé vaga, pode empossar-se na capela como procurador e não a Irmandade ou Confraria que nunca houve ali<sup>130</sup>.

---

<sup>127</sup> Cf.: **AEAM**. H 26. f. 26 à 48.

<sup>128</sup> CARRATO, José Ferreira. Op. Cit. p. 216. grifo nosso.

<sup>129</sup> Dom Frei Cipriano de São José nasceu na paróquia de São Sebastião de Pedreira, freguesia urbana da capital Portuguesa, em Lisboa, aos 12 de novembro de 1743. Fora batizado em 05 de janeiro de 1744. Era filho de Caetano Batista e de Rosa Maria. Ordenado em 21 de dezembro de 1768, no convento de São Pedro de Alcântara, foi professor de Sagrada Escritura (1779), de filosofia (1783) e de teologia (1786). Em 03 de janeiro de 1789 foi feito pregador da capela real do Palácio de Bemposta. Quando nomeado Bispo, já passava dos cinquenta e dois anos e era, conforme destaca Cônego Raimundo Trindade, excessivamente gordo, severo e rigoroso. Foi sagrado Bispo em 31 de dezembro de 1797. Dom frei Cipriano entrou solenemente na Catedral de Mariana em 30 de outubro de 1798. Faleceu em 14 de agosto de 1817 na Cidade de Mariana. Cf.: TRINDADE, Op. Cit. Vol. 1. p. 161.

<sup>130</sup> TRINDADE, Op. Cit. Vol. 1. p. 165 e 166;

O Bispo, após ouvir os padres, quis trazer à observância o administrador da capela, pois via nas atitudes o Irmão Vicente atos indevidos a ponto de o acusar de consumir e dispor dos bens da Capela do Bom Jesus como lhe provinha, que o mesmo contratava capelães e os despedia. Mas o mesmo não praticava estes atos sozinho, mas sim “com os outros babatos, a quem de moto próprio vestia o hábito ou roupeta; que empreendia obras de seu gênio sem utilidade da capela”<sup>131</sup>. Estas obras sem utilidade para a capela seria a construção de romarias, do aqueduto, dos profetas e das imagens dos passos da paixão. Estas mesmas obras, acusa o bispo, ele a empreendia sem “consentimento nem licença do superior”. Em carta a Rainha de Portugal, o Bispo afirma que o irmão Vicente era “um senhor despótico e dominador absoluto de tudo quanto pertencia à Capela de Matozinhos”<sup>132</sup> e este tipo de atitude não poderia admitir. Desejava que o administrador do Santuário tivesse as despesas diárias e indispensáveis e que deveria ter autorização superior para executar as obras que desejava<sup>133</sup>.

Em contrapartida, o irmão Vicente, administrador do Santuário, passa a acusar o Bispo de “usar violência e força contra os devotos do bom Jesus” e ousa fazer esta acusação junto à Rainha de Portugal, Dona Maria. Toda a confusão começa quando o bispo não aprova a construção de um corredor para as mulheres confessarem. O prelado de Mariana manda que sejam feitos confessionários portáteis. O irmão Vicente não aceita a orientação do bispo e apela para a Rainha de Portugal. Esta negação do projeto apresentado pelo administrador do Santuário é visto por ele como um ato de violência. Para aumentar a rivalidade entre as autoridades, o irmão Vicente manda “princípios uma novena pública com repiques de sinos e com toda solenidade”<sup>134</sup>. O bispo ao saber da novena que acontecia na Capela, sem a autorização dele e nem do Pároco da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, manda convocar os capelães que estão celebrando a novena. O bispo determinou que os padres que estavam celebrando a novena fosse apresentar-se ao pároco da Freguesia de Congonhas do Campo, que também exercia o cargo de Vigário Geral da Diocese. O irmão Vicente quando soube da notícia, disse aos

---

<sup>131</sup> TRINDADE, Op. Cit. Vol. 1. p. 166;

<sup>132</sup> TRINDADE, Op. Cit. Vol. 1. p. 166;

<sup>133</sup> Cf.: TRINDADE, Op. Cit. Vol. 1. p. 167;

<sup>134</sup> TRINDADE, Op. Cit. Vol. 1. p. 167;

capelães que não eram para ir se apresentar, “porque é [ele] quem governa tudo e dirige tudo, que de nenhuma sorte se desse parte ao Vigário; que antes escolhia não continuar a Novena: o que se cumpriu a risca”<sup>135</sup>. A novena que mandou fazer para afrontar as autoridades foi paralisada e não concluída.

Diante desta situação conflituosa entre a administração do Santuário e a autoridade Episcopal o Bispo ainda teve que responder à Rainha explicando as acusações que lhe caíam. Irritado com tal situação que considerava abusiva, protesta, junto à coroa Portuguesa, contra toda esta situação. Em carta à Rainha disse “que não há de ser mais assim daqui em diante”<sup>136</sup>, que não admitiria estes atos por parte do administrador da Capela do Bom Jesus e que o mesmo deveria obedecer às ordens dos superiores. Quando fez a visita Pastoral ao Bispado de Mariana, após sair da freguesia de Prados em direção à freguesia de Congonhas do Campo, o Ermitão foi avisado pelos seus informantes e não se apresentou diante do bispo para prestar contas da administração, nem por procuradores, para mostrar os livros de caixa do Santuário. O mesmo retira-se da capela até a saída do Bispo da freguesia das Congonhas do Campo, indo para lugar incerto, e posteriormente presta conta ao ouvidor de São João Del Rei, sendo que a prestação de contas deveria ser feita ao Bispo e não ao funcionário do Rei na Comarca.

Dom Frei Cipriano não vê com bons olhos a organização dos festejos do Jubileu. O mesmo dá testemunho do grande afluxo de Romeiros já no século XVIII, mas que o número de pessoas era tão grande que “a confusão e tão descomposto o tumulto, que a capela de Matosinhos mais parecia praça de touros que igreja de fiéis”, afirmava o Bispo<sup>137</sup>. Mesmo com tantos conflitos, o bispo não afasta o administrador da capela pois deveria acreditar que o bem realizado no Santuário era maior que as brigas e disputas de autoridade ou tinha noção de que o afastamento do Irmão Vicente geraria conflitos maiores. Além disso, geraria um problema ainda maior ainda caso proibisse algum festejo devido o grande número de Romeiros que frequentam o lugar como mesmo afirma Dom Frei Cipriano. O Irmão Vicente permanecerá na administração da capela até sua morte, em 1809, quando falece de

---

<sup>135</sup> TRINDADE, Op. Cit. Vol. 1. p. 168;

<sup>136</sup> TRINDADE, Op. Cit. Vol. 1. p. 166;

<sup>137</sup> TRINDADE, Op. Cit. Vol. 1. p. 168;

“de morte apressada” com 60 anos, “pouco mais ou menos” sendo enterrado no dia 13 de outubro<sup>138</sup>. Após a morte do Irmão Vicente, o bispo nomeia o administrador da capela, João Pedro Ribeiro da Costa.

Este conflito quebraria uma ordem natural, estabelecida por Deus, que perfaz a imaginação política e jurídica da época no que tange à organização social. A sociedade setecentista consistia em uma estratificação altamente hierarquizada, onde títulos, trajes, “hierarquia de lugares, precedência, etiqueta” eram dispositivos visíveis. A partir destes elementos observa-se que o cumprimento dos deveres, especialmente com àqueles que publicamente ocupam posições privilegiadas, como o Bispo, era visto, “em certa medida, um dever para com Deus”. O descumprimento seria a quebra da ordem natural e da hierarquia o que poderia levar a uma desestruturação social<sup>139</sup>.

Em 1800, Aleijadinho iniciou os trabalhos dos profetas (vide foto 01 pág. 01). Neste período continuam os trabalhos de ornamentação do adro como também da construção das capelinhas, lugar onde foram colocadas as imagens da via sacra. Os gastos no final do século XVIII e início do século XIX continuaram com altas cifras, e os mesmos eram patrocinados com as esmolas oferecidas pelos fiéis. Mesmo com tantos conflitos na administração do Santuário, as festividades do Jubileu não paralisaram. Pelo menos, durante o século XVIII, os administradores da capela lançaram as bases e construíram estrutura que pudessem comportar o número de fiéis durante as festividades. Além disso, preocuparam os mesmos em ornar, com o decoro devido, a capela.

---

<sup>138</sup> **AEAM.** Atestado de óbito de Vicente Freire de Andrade em: 13/10/1809. *In:* Livro de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo 1803 – 1822. Estante I livro 0 1. f. 151;

<sup>139</sup> Sobre a ordem social nesta conjuntura histórica, ver HESPANHA, Antonio Emanuel. Op. Cit. Capitulo 02 p. 47 à 67

## *Conclusão:*

A pesquisa aqui proposta sobre o Jubileu do Senhor do Bom Jesus de Matosinhos objetivou reconstituir as mudanças (descontinuidades) operacionalizada mediante a promoção de uma interpretação das estratégias (institucionais e discursivas) promovidas pelos diferentes agentes sociais em suas vivências históricas. Desta maneira, essa pesquisa reportou-se ao sugerido por Jacques Revel: “não basta que o historiador retome a linguagem dos atores que estuda, mas faça dela o indício de um trabalho ao mesmo tempo mais amplo e mais profundo: o de construção de identidades sociais plurais e práticas que se opera por meio de uma rede cerrada de relações (de concorrência, de solidariedade, de aliança)”<sup>140</sup>.

Tal análise das estratégias institucionais e discursivas, neste estudo, remeteu às formulações da microhistória: os indícios levantados na documentação arquivística, tão dispersos e fragmentários, são assim percebidos como práticas (tensionais, conflitivas, e sempre limitadas) promovidas num conjunto de relações de saber-poder<sup>141</sup>. A realidade histórica, dessa maneira, é reconstituída como uma gama de experiências potenciais, no interior da qual os agentes sociais, em função dos seus próprios recursos ou dos grupos aos quais se vinculam, posicionam-se, procedendo a escolhas. Estas seleções, por sua vez, não diluem as ordenações fortemente hierarquizadas e não-igualitárias presentes na dinâmica social, mas traçam composições diferenciadas com as autoridades vigentes e, concomitantemente, alteram os sentidos e os efeitos de seu poder, ao inscrevê-las em lógicas sociais bastante diferenciadas<sup>142</sup>. Este estudo, portanto, tendeu a distanciar-se de uma abordagem que recorta o real sob a perspectiva do “estudo de caso”, o qual remete, por sua vez, a taxinomias socioculturais previamente constituídas numa perspectiva generalizante.

---

<sup>140</sup> REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: Id. (org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 25.

<sup>141</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

<sup>142</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

Compreende-se então o jubileu de Congonhas como uma experiência histórica continuamente (res)significada através de discursos e práticas, fé e poder, permanentemente imbricados, embora por vezes tal vinculação assuma um caráter conflitivo no que diz respeito quer ao exercício das autoridades, quer das mediações devocionais. Afinal, como afirma Michel de Certeau, as práticas religiosas dos tempos modernos implicam que “mesmas idéias ou as mesmas instituições podem se perpetuar, no momento em que *mudam de significação social*”<sup>143</sup>. E será essa articulação histórico-genealógica, inclusive, que irá conferir uma singularidade irreduzível ao Jubileu.

Observou-se ainda, que o poder adquirido pela administração do Santuário não era casual. A festa religiosa, que concentrava grandes recursos econômicos, possibilitou a prática de um forte mecenato por parte da administração do Santuário em prol de importantes artífices, músicos e outros artistas do século XVIII. De forma concomitante, a cuidadosa organização dos atos de piedade e das cerimônias litúrgicas, inclusive no âmbito artístico, contribuiu para tornar o Santuário, conforme salienta Bazin, “um dos *topos* espirituais da América Latina”.<sup>144</sup> A ampliação do Jubileu alcançou alto nível de prestígio nos diferentes seguimentos sociais, o que por sua vez também aumentou consideravelmente o poder da administração. Em 1799, por exemplo, a administração do Santuário contratou 42 padres para as festividades,<sup>145</sup> o que causou certo estranhamento para o poder episcopal.

A celebração dos Jubileus, seja pela cristandade no mundo, aqui com destaque para o promovido em Congonhas, demarca a importância e o sentido da experiência religiosa na vida social na Minas setecentista. Como outras festas do calendário litúrgico da Igreja (Natal, Paixão etc.), este é um “tempo sagrado”, divisor entre o tempo da graça (idéia de jubileu) e o tempo profano, marcado pelo resto do ano. Tal sentido, longe de assumir critérios apenas transcendentais, potencializou práticas culturais (face ao encontro de fiéis das mais diferentes procedências e distintos seguimentos sociais), dinamizou as relações sociais, econômicas e artísticas

---

<sup>143</sup> CERTEAU, Michel de. A formalidade das práticas – do sistema religioso à ética das Luzes. In.: *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 161 grifo nosso.

<sup>144</sup> BAZIN, Germain. Op. Cit. p. 219.

<sup>145</sup> **AEAM**. Prateleira H, livro 26. folha 35 V.



(viabilizando câmbios, contratos, negócios) e ainda reforçou determinadas relações de poder, sobretudo vinculadas à administração do Santuário.

Todavia, a despeito da valorização da figura do ungido – do sacerdote ordenado – suposto esteio da doutrina e elo com o sagrado, certas práticas religiosas possibilitaram também um protagonismo dos leigos, numa interligação da espiritualidade do jubileu com o *locus* de poder que lhe era peculiar. E embora a vida cotidiana dos clérigos estivesse longe de atender aos ditames tridentinos, o que se destaca é a articulação entre uma fé providencialista, uma cultura devocional (baseada na intercessão dos santos) e a exigência sacramental (logo, hierárquica da Igreja). O empenho desta pesquisa foi repensar a singularidade da religiosidade mineira a partir de um conjunto de ações, tensionais ou não, em torno da devoção e da festa do Jubileu do Senhor Bom Jesus.



*Figura 2: Vista Aérea do Conjunto do Santuário, década de 60, mostrando as capelas que compõem a Via Sacra. Fonte: Acervo: Basílica do Senhor Bom Jesus.<sup>146</sup>*

---

<sup>146</sup> Vista aérea do Santuário Basílica do Senhor Bom Jesus, década de 60, mostrando as capelas onde estão as imagens esculpidas pelo Aleijadinho, que compõem a Via Sacra. Arquivo do Autor. Original: Acervo Basílica do Senhor Bom Jesus.

## *Bibliografia*

### **1 – MANUSCRITOS: ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA (AEAM)**

**ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA.** Primeiro livro de caixa da Capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. 1757 – 1806. Prateleira H, livro 26.

**ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA.** Livro de doações de 1758 a 1826. Prateleira K, livro 1 A.

**ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA.** Livro de provisões do bispado de mariana ano de 1776. Provisão de 29 de junho de 1776

**ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA.** Livro de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo 1803 – 1822. Estante I livro 0 1. folhas 151.

**ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA.** Breves da Capela do Senhor Bom Jesus e outros documentos avulsos. 1779 a 1800. Prateleira &, livro 6.

**ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA.** Prateleira & livro 07. Recibos avulsos do Santuário Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas. 1797 – 1800.

**ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA.** Prateleira & livro 08. Recibos avulsos do Santuário Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas. 1795 – 1799.

### **2 – OBRAS IMPRESSAS:**

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Trad. Fábio M. Alberti. Nova Cultural: São Paulo, 2003.

BACKZO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. V. 5: Anthropos - Homem. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.

BAZIN, Germain. *Aleijadinho e a escultura no Brasil*. Trad.: Mariza Murray. Rio de Janeiro: Record, 1973.

*Bíblia de Jerusalém*. 4º impressão. São Paulo: Paulus, 2006.

BORRIELLO, L. CARUANA, E. *Dicionário de mística*. Trad. Benôni Lemos. São Paulo: Paulus, 2003.

BUARQUE, Virgínia Albuquerque Castro Buarque. A especificidade do religioso na história das igrejas cristãs: uma interface entre história e teologia. In.: *Anais eletrônicos do Simpósio Nacional do CEHILA-BRASIL 2008 e IX Ciclo de Estudos da Religião*. Universidade Federal de Ouro Preto, 2008.

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CARRATO, José Ferreria. *As Minas Gerais e os primórdios do caraça*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

ENGRACIO, Mons. Julio. Relação chronologica do Sanctuario e irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Geraes. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Official de Minas Geraes, 1903.

FALCÃO, Edgar Cerqueira. *Basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1962. (Brasiliensia Documenta, Vol. 3).

FERREIRA, Delson Gonçalves. *O Aleijadinho*. 2º ed. Belo Horizonte: Rona, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Poesias e Cartas Chilenas*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1957.

HESPANHA, Antonio Emanuel. *Imbecillitas – as bem aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010. Coleção Olhares.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I: A época colonial. V.2: Administração, economia, sociedade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira época – Período Colonial. 5º Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

JEDIN, Hubert. *Concílios Ecumênicos – história e doutrina*. Trad. Nicolas Bôer. São Paulo: Hérder, 1961.

JOÃO PAULO II. *Tertio Millennio adveniente – carta apostólica*. São Paulo: Paulinas, 1998.

KANTOR, Íris e JANCSÓ, István (Org.). *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: EDUSP/Hucitec/ Fapesp/Imprensa Oficial, 2001. v. 2.

\_\_\_\_\_. Um visitador na periferia da América portuguesa: visitas pastorais, memórias históricas e panegíricos episcopais. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 19, n. 21, p. 436-446, 1999.

LANGE, Francisco Curt. *História da música nas irmandades de Vila Rica – Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. Vol. V.

LEFEBVRE, Dom Gaspar. *Missal Quotidiano e vespéral*. Beneditino da Abadia de S. André. Bruges, Bélgica: Abadia de Santo André, 1957.

MENDES, Nancy Maria (org). *O barroco mineiro em textos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MISSA. *Acervo do Museu da Música de Mariana*. Coordenação musicológica Paulo Castagna. Belo Horizonte: Fundação Educacional e cultural da Arquidiocese de Mariana, 2002.

NEVES, José Maria. *Música Sacra Mineira – biografias, estudos e partituras*. Rio de Janeiro: Funarte, 2000.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O Santuário de Congonhas e a arte do Aleijadinho*. Ed. Dubolso: Cataguases, 1981.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Vieira*. São Paulo: Edusp; Campinas: Unicamp, 1994.

PONTES, Márcio Miranda. *Música em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Pontes, 2002.

PORTO, Joaquim Campos. *O jubileu de Congonhas*. Congonhas: Typographia Americana, 1894.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In.: Id. (org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro. *Cadernos históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. – os dois relatórios Decenais. Visitas ad Limina de Dom Antonio Ferreira Viçoso. 1853 – 1866. Mariana: Ed. Dom Viçoso, 2005.

SANTOS, Beatriz. *O corpo de Deus na América: a festa de corpus Christe nas cidades da América Portuguesa – séc. XVII*. São Paulo: Annablume, 2005.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. A filosofia da linguagem de J. L Austin. In: AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TRINDADE, Côn. Raymundo. *Arquidiocese de Marina*. Subsídios para a sua história. 2º ed. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1953. 1º Vol.

\_\_\_\_\_. *Arquidiocese de Marina*. Subsídios para a sua história. 2º ed. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1953. 2º Vol.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade*. Vol. 2. 8º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951. Publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 17.

VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental*. – séc. VIII a XIII. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VVAA. *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1977. Verbetes: Jubileu.

### **3 - SITES:**

<http://www.vatican.va>

<http://www.gphr.ufop.br/>

[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-5KRP2U/disserta\\_o.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-5KRP2U/disserta_o.pdf?sequence=1)

<http://www.geocities.com/Athens/Atrium/2046/aqueduto02.html>